



Universidade Federal de Sergipe – UFS  
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa – POSGRAP  
Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Psicologia Social– NPPS  
Mestrado em Psicologia Social

ISABELLA REGINA RIBEIRO DE OLIVEIRA

**JUVENTUDE “POBRE” E POLÍTICAS PÚBLICAS: A  
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NO CAMPO DA ASSISTÊNCIA  
SOCIAL**

São Cristóvão-Sergipe

2015

ISABELLA REGINA RIBEIRO DE OLIVEIRA

**JUVENTUDE “POBRE” E POLÍTICAS PÚBLICAS: A  
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NO CAMPO DA ASSISTÊNCIA  
SOCIAL**

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social do Centro de Ciências de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Psicologia Social.**

**Orientador:** Profº PhD. Manoel Carlos Cavalcanti de Mendonça Filho.

São Cristóvão-Sergipe

2015

## **COMISSÃO JULGADORA**

Dissertação da Discente ISABELLA REGINA RIBEIRO DE OLIVEIRA, intitulada **JUVENTUDE “POBRE” E POLÍTICAS PÚBLICAS: A EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NO CAMPO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL** defendida e aprovada em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_, pela Banca Examinadora constituída pelos Professores Doutores:

---

**Prof. PhD. Manoel Carlos Cavalcante de Mendonça Filho (orientador)**

---

**Prof. Dr. Marcelo de Almeida Ferreri (examinador)**

---

**Prof. Dr. Frederico Leao Pinheiro**

*À coragem e à ausência dela.*

## AGRADECIMENTOS

*Aquele que me deu o dom da vida e que guiou-me a vivê-la com sabedoria. Obrigada **DEUS**, pai de bondade, por todas as bênçãos derramadas sobre mim.*

*A todas as vozes que desprenderam preces e orações desesperadas, suplicantes ou agradecidas. Obrigada querida **mãe Izabel**, exemplo de força e garra. Agradeço imensamente aos meus irmãos **Luís Américo** e **Rodrigo** e a minha enorme e amada **família**.*

*A todo o Amor que nasce e vive em seu espaço de cor, força e brilho, nas faces, corações e corpos. Obrigada ao meu amado noivo **Flávio**, companheiro de vida que me dá força e sustento, alento que acalma as intempéries dessa árdua jornada.*

*A toda voz ou carinho que não se negou, que ouviu o apelo e respondeu com sua existência, sua expressão sua proximidade, ao **GEPEC** e especialmente a **Marcelo** e a **Lívia**, pela tão solícita acolhida. A **Fred** pela disponibilidade.*

*A todos os braços e abraços que acolheram, aqueceram e ampararam, nos momentos em que a perda já parecia certa e o abandono das forças de luta era aparentemente a única possibilidade de resposta. As minhas queridas amigas **Jayane** e **Daiana** que há anos estão ao meu lado compartilhando comigo os momentos difíceis e me fazendo a cada dia acreditar que é possível. A **Kayse** pelo exemplo de mulher forte e guerreira e a **Fernanda Maíra** pela doçura do seu sorriso.*

*Aos sorrisos esboçados ou assumidos que coloriram os rostos e enfeitaram o mundo, aos demais colegas que ao longo destes anos compartilharam comigo momentos ímpares e a todos os **bons amigos**.*

*A todo o medo que a coragem permitiu viver, e que a força não deixou que imobilizasse o gesto, e levou aos passos mais adiante e aos caminhos mais além de antes do ontem. A **Manoel** pelos (des)encontros desconcertantes.*

*A todas as músicas e versos que os artistas, ou não, exprimiram com suas emoções e me ajudaram a compreender e comunicar melhor as minhas. Obrigada aos meus queridos mestres, na profissão e na vida, em especial a **Shirley Teles** sempre bastante prestativas, demonstrando atenção e dedicação ímpar.*

*A todas as solidões individuais ou partilhadas, gritadas, colhidas ou caladas, nos corações e nas almas, a **Monique** pela partilha e pela companhia.*

*A todas as buscas que levaram a encontros, perdas ou abandonos. A todos que Compunham ou compõem os **CRAS** por onde passei, obrigada pela rica experiência proporcionada.*

*A toda a vida que se omitiu ou ousou, que se transformou ou paralisou no tempo do medo. A todos os **jovens** com os quais cruzei ao longo desta jornada de vida.*

*As amizades compartilhadas mesmo que por pequenos momentos. Aos “becos sem saídas” que deram em novos caminhos e em outras possibilidades.*

*A todos aqueles que, disponíveis para o novo, o invasivo, o ensaio, percorreram com seus olhos linhas como estas, somando as minhas as suas vivências, indagações e descobertas e, fazendo com isto que amontoados de palavras se vestissem de significados, dedico esta mensagem como uma liberdade de aproximação e um enorme desejo de que a busca de cada um não cesse nunca, seja ela qual for, por mais que mudem as respostas ou que por vezes, nos desanime a ausência delas. Um brinde aos encontros, que neste espaço de vida, puderam acontecer...*

“(…)

*Desconfiai do mais trivial,*

*na aparência singelo.*

*E examinai, sobretudo, o que parece habitual.*

*Suplicamos expressamente:*

*não aceitai o que é de hábito*

*como coisa natural,*

*pois em tempos de desordem sangrenta,*

*de confusão organizada,*

*de arbitrariedade consciente,*

*de humanidade desumanizada,*

*nada deve parecer natural,*

*nada deve parecer impossível de mudar.*

*(“Elogio à Dialética” – Bertolt Brecht)*

## RESUMO

Este escrito traz como proposta, considerando as teorizações de Michel Foucault, tomar juventude “pobre”, aquela inserida nos diversos aparatos de políticas públicas a ela destinadas, como ferramenta analítica para pensar os ideais de proteção social, como a participação cidadã e a convivência social, tão difundidos atualmente por tais políticas. Através da análise de práticas corriqueiras efetivadas no transcurso do exercício profissional enquanto técnica em psicologia inserida na área da Assistência Social, no que diz respeito aos serviços, programas e projetos voltados à juventude, o que se busca é ver aquilo que não se vê habitualmente, realizar análise das práticas e dos discursos a partir das narrativas de registros mnemônicos de experiências vividas, em momentos diversos, enquanto estagiária e técnica em psicologia na área da assistência social, em dois Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) distintos, na capital e no interior do Estado de Sergipe. Para tanto, o texto percorre a trajetória, enquanto processualidade, de (des)construção das práticas, discursos e fazeres que constituem os “militantes” agentes de políticas públicas. O que se descortina, ao olhar além do horizonte, é a percepção de que embora nesses dispositivos, o discurso seja da promoção de autonomia, o que ocorre é a reprodução de práticas de controle daqueles historicamente considerados marginais. A inserção da juventude em tais programas e projetos, a partir do discurso que eles veiculam, possibilita a imposição de modos de fazer, regulam as condutas, configurando-se, dessa forma, enquanto prática de polícia, que operam criminalizando a pobreza, os pobres são concebidos como necessitados de intervenções especialistas que venham regular e tutelar suas vidas.

**Palavras-chave:** juventude, assistência social, políticas públicas, biopolítica.

## ABSTRACT

This work has as proposed, considering the theories of Michel Foucault, become “poor” youth, one inserted in the various apparatuses of public policies it intended as an analytical tool for thinking the ideals of social protection, such as citizen participation and social harmony, as currently broadcast by such policies. Through the analysis of daily practices developed in professional practice as a technique in Psychology, inserted in the area of Social Assistance, with regard to services, programs and projects for youth, the aim is to see what you do not normally see, develop the analysis of practices and discourses of the narratives of mnemonic records of experiences, at various times, as a trainee and as a technique in Psychology in the social assistance area, in two Reference Centers of Social Assistance (CRAS) different, in the capital and in the county side the State of Sergipe. Thus, the article shows the trajectory, while processuality of deconstruction practices discourses and practices that make up the “militants” public policy agents. What unfolds, to look beyond the horizon, is the perception that although these devices, the speech is the promotion of autonomy, what happens is the reproduction of control practices those historically considered marginal. The youth inclusion in such programs and projects, from the speech that they convey, allows the imposition of ways of doing, regulate pipelines, setting up thus as a practice of police, that operating criminalizing the poverty, the poor are seen as needed interventions of experts that will regulate and protect their lives.

**Keywords:** youth, social work, public policy, biopolitics.

# SUMÁRIO

<b>Introdução.....</b>	<b>10</b>
<b>Capítulo 1: Percorrendo e (des)construindo trajetórias: mudança de perspectiva.....</b>	<b>16</b>
1.1 Trajetórias metodológicas – de onde se parte e aonde se chega.....	17
1.2 Trajetórias teóricas – o poder em Foucault – do poder soberano ao biopoder.....	25
<b>Capítulo 2: Percurso histórico das Políticas Públicas para a juventude no campo da Assistência Social .....</b>	<b>32</b>
2.1 A constituição da Assistência Social enquanto Política Pública.....	33
2.2 O jovem na agenda política: programas e projetos destinados à juventude.....	38
<b>Capítulo 3: Juventude "pobre": as práticas-discursivas como tecnologia do biopoder.....</b>	<b>45</b>
3.1 (Des)caminhos da juventude no Brasil: o discurso sobre a juventude “pobre”.....	47
3.2 Da disciplinarização dos corpos a regulamentação da população.....	53
O jovem "pobre" e o direito de "merecer" viver.....	54
O discurso da inserção no mundo do emprego.....	56
O discurso da criminalização da pobreza.....	58
Os programas destinados à juventude e a normalização das condutas.....	61
O discurso do "empoderamento" como tática da arte de governar.....	65
3.3 As práticas psi operando em favor da governamentalidade.....	67
Profissionais operacionalizando técnicas de polícia.....	68
Judicialização da vida.....	69
As práticas em favor da governamentalidade.....	71
<b>Considerações Finais.....</b>	<b>74</b>
<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>77</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>80</b>

## INTRODUÇÃO

Este escrito traz como proposta tomar juventude como dispositivo para analisar as relações de poder e produção de saber que a objetivam no campo das políticas públicas a ela destinadas, mais especificamente, tomar “juventude pobre” como ferramenta analítica para pensar os ideais de proteção social, como a participação cidadã e a convivência social tão difundidos atualmente por tais “políticas”.

Ao referir-se ao “dispositivo juventude” o que se entende é que esta não se constitui como uma categoria dada *a priori*, um objeto natural, mas engloba relações de poder e produção de saberes diversos que a objetivam de uma determinada forma.

Assim, ao utilizar o termo “juventude pobre” o que se pretende é problematizar o discurso que vem sendo difundido na atual conjuntura, em tempos de globalização neoliberal que privilegia o lucro e o mercado, de que aqueles que não se incluem nesse mecanismo de mercado globalizado são descartados, discurso de que fora do mercado não há crescimento, não há liberdade, não há dignidade.

Juventude “pobre” se refere àqueles que se vendo frustrados, sem oportunidades e sem saída, são capturados pelo discurso das políticas públicas como alternativa para alcançar a cidadania e ter acesso aos direitos que lhes são relegados. Discurso de que é através da inserção nos diversos aparatos do governo que se alcança a convivência social, já que os serviços, programas e projetos destinados aos jovens têm como proposta fundamental contribuir para a construção de relações afetivas e vínculos estruturantes, reduzindo vulnerabilidades e promovendo potencialidades, além de, fomentar a participação cidadã, ou seja, a apropriação, por parte deles, de seus direitos de cidadania e o reconhecimento de seus deveres.

É nessa perspectiva, pautados pelo discurso de promoção de autonomia e fortalecimento de vínculos que atuam os técnicos inseridos nos equipamentos sociais nos quais se efetivam a “Política Nacional de Assistência Social”, equipamentos do qual, enquanto técnica em psicologia, também faço parte.

É das práticas efetivadas por esses operadores da política pública de assistência social e do discurso que as produzem e fundamentam, tendo como equipamento principal onde estas se materializam, o Centro de Referência da Assistência Social

(CRAS), e como público, os jovens inseridos em seus programas e projetos, que este trabalho irá tratar, como uma viagem pela trajetória na qual a pesquisadora transitou ao longo desses últimos anos.

O interesse nesse tema se deu não somente pela inserção da pesquisadora enquanto operadora de tal “política”, mas a temática da juventude tem sido alvo de pesquisas realizadas por mim desde a graduação, quando enquanto estagiária tive contato com adolescentes integrantes do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem Adolescente), hoje Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Adolescentes e Jovens de 15 a 17 anos<sup>1</sup>, em um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) da capital sergipana, contato este que me impulsionou a querer saber mais.

Acreditando nas potencialidades de tal programa, cumprindo meu papel de profissional, me colocava, então, a favor daquilo que vem sendo difundido pelas políticas sociais (mesmo que para questionar sua efetividade) defendia a ideia de jovem como cidadão, possuidor de direitos e protagonista da sua história, ao qual deve-se dar empoderamento para que se possam operar mudanças em sua condição juvenil, e trabalhava tendo isto por meta. Reproduzia, naquele momento, o discurso hegemônico vigente, de que as políticas públicas são a solução para a vida das pessoas.

Ainda no estágio, desenvolvi um projeto, o qual não foi executado por questões burocráticas, para trabalhar junto aos jovens daquele CRAS a partir do teatro do oprimido, uma técnica que busca transformar o espectador que assume uma forma passiva, em sujeito atuante, transformador da ação dramática que lhe é apresentada, de forma que ele mesmo passe a protagonista da ação, pois acreditava que partindo das aspirações, bem como, das potencialidades deles, poderiam desenvolver cidadania através de algo que lhes fosse significativo. Desejava possibilitar uma transformação tanto nos jovens, como na comunidade da qual faziam parte, desenvolvendo cidadania além dos muros, em outros espaços onde acreditava que ela também se fazia necessária.

---

<sup>1</sup>Em 2013 os serviços que eram cofinanciados por meio do PROJOVEM Adolescente, PETI e serviço para criança/idoso passaram por um reordenamento, tendo em vista principalmente unificar a oferta do serviço e, a partir disso, perdem estas diferentes nomenclaturas e passa a se chamar somente Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) dividido nas faixas etárias: crianças até 6 anos, 6 a 15 anos, 15 a 17 anos e idosos.

À época, comungava do ideário de humanização difundido pelos manuais técnicos que regulamentam as atividades do profissional técnico em psicologia e partia do pressuposto de que uma psicologia comprometida com a transformação social toma como foco as necessidades, potencialidades, objetivos e experiência dos oprimidos, e de que as práticas psicológicas não devem categorizar, patologizar e objetivar as pessoas atendidas, mas buscar compreender e intervir sobre os processos e recursos psicossociais, estudando as particularidades e conjunturas em que ocorrem (BRASIL, 2008b).

Naquele momento, me preocupava a impossibilidade de que todos os jovens tivessem seus direitos assegurados, operava em mim a dualidade entre o jovem cidadão, aquele atendido pelas políticas públicas, e o não cidadão, aqueles aos quais tais políticas não alcançavam, questionava: e os jovens aos quais tais políticas não alcançam? Estão a margem? Foram abandonados? Não deveriam ser alcançados? Militava a favor dos direitos dos jovens.

Toda essa problemática culminou na monografia de conclusão da graduação em psicologia, a qual tinha como proposta, a partir de uma perspectiva fenomenológica, compreender a vivência de adolescentes que integram o Projovem Adolescente em um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) na cidade de Aracaju/Se. Ao tratar da adolescência em situação de vulnerabilidade social inserida nas políticas públicas de assistência social a ela destinadas, tal trabalho teve como cerne problematizar, assim como desmistificar algumas concepções inerentes a essa relação, criticando a efetividade de tais políticas e fazendo desvelar o Ser-adolescente.

Entretanto, o que se desejava saber naquele momento? Do que se tratavam essas pesquisas? Qual a visão predominante nesses estudos? Em tais pesquisas, o que se propunha como ingênua “militante” trabalhadora do SUAS (Sistema Único da Assistência Social) era a promoção de cidadania, o reforço da autoestima, a produção de autonomia, com a ampliação da resiliência aos conflitos e o protagonismo dos sujeitos em detrimento do assujeitamento. Torná-los sujeitos de direitos, esse era o objetivo, o que não se sabia, naquele momento era, o que estava por traz desse discurso?

Embora à época não se percebesse “a parte oculta do *iceberg*” (VEYNE, 1995) e pensasse estar produzindo algo inovador, o que pode ser notado hoje é que se tratava de

reafirmar os enunciados do regime de verdade vigente. Enquanto funcionária pública, técnica em psicologia, engajada em defender que os usuários por mim atendidos tivessem seus direitos assegurados, não me percebia atuando a favor da regulação da vida e defendendo aquilo que Foucault chamou de governamentalidade, não me percebia contribuindo para a disciplinarização dos corpos.

Ao rememorar esses acontecimentos a pesquisadora se percebe completamente envolvida com tal temática, a qual diz muito dela, da sua práxis de técnica da assistência social, ávida por lutar em defesa da garantia de direitos aos mais vulneráveis, práxis atravessada pela sua história de vida e por toda bagagem que traz junto consigo. Nota que seu olhar é enviesado, perpassado o tempo todo pelo olhar da princesa romântica, que acredita no paraíso, onde os mais frágeis devem ser protegidos, cuidados, amparados e os malfeitores punidos prontamente. Mas há malfeitores? Afinal, quem são eles? Existem os “fracos e oprimidos”? Que felicidade se busca? Existem os defensores? Em defesa de que? De quem?

Acreditar que existem jovens em situação de vulnerabilidade social, aos quais faltam oportunidades, são excluídos e, em oposição a isso, acreditar que existem aqueles aos quais as oportunidades foram dadas e estes abraçaram, são “incluídos”, é sem dúvida manter-se na polaridade, como se houvessem duas juventudes que encontram-se em extremos opostos, mas ainda sob a mesma égide do Estado, já que pensar em termos de inclusão e exclusão só é possível se tivermos pautados num regime de Estado capitalista, neste caso especificamente. De que excluídos se fala? Excluídos de que? De onde? Não estamos todos incluídos num mesmo regime? Sob a égide de uma mesma verdade?

Ao olhar para o que ficou para trás, a pesquisadora percebe o quanto o seu fazer estava carregado de moralismos, de preconceitos e legalidade, a juventude a qual se reportava naquele momento, era tida como a juventude “pobre”, da periferia, a qual embora se desejasse o tão falado protagonismo, estava diretamente associada a contravenção, a vagabundagem, ao desrespeito as normas e regras sociais, legais, morais, estabelecidas, (eles é que são os malfeitores?) e deve ser enquadrada pelos aparatos de regulação da vida, atendida em suas necessidades pelas políticas públicas a ela destinadas (são os fracos e oprimidos?).

A pesquisadora nota, então, que cumprindo o papel de técnica sempre se posicionou em defesa da lei, mas em função do bem do outro. Será que isso é possível? E se pegava sempre do outro lado, (como se houvessem dois) falando sempre do lugar de quem se coloca do lado de fora, de uma terra onde os direitos existem e devem ser assegurados pelo poder público, onde as leis existem para serem cumpridas, observadas, acatadas, onde os contraventores devem ser punidos, onde a ordem, o respeito a moral e aos bons costumes sejam o imperativo. Direitos a que? Para que? Para quem?

Então, como pode identificar-se com esses jovens? Identificava-se com eles muito mais para diferenciar-se (são muito diferentes da jovem que fui) do que para aproximar-se, e ao reverso, acabava aproximando-se tanto que se tornava quase impossível afastar-se para ver de fora. Ao questionar então, quando falo da minha familiaridade com a temática da juventude, o que me patrocina? A pesquisadora percebe que a vontade de verdade presente no discurso hegemônico sobre a juventude na atualidade consistia naquilo em que acreditava, já que sempre carregou a noção de jovem enquanto sujeito de direitos, que deve ser respeitado em sua condição juvenil, de opositor, questionador, produtor de diferentes.

Mas de que condição juvenil se fala? Do que se trata? Tudo isso perpassa pelo discurso da vulnerabilidade, do jovem em situação de vulnerabilidade social, o qual deve ser “a(en)colhido” pelas políticas sociais. Mas que práticas, então, atravessam esse discurso? Que discurso é esse? O que se percebe através dele é que a condição de juventude pobre está associada a transgressão e violência ou, em contrapartida, à vagabundagem, pela não inserção no mercado de trabalho.

Forrester (1992) ao falar do imperativo do trabalho e da ausência dele na sociedade neoliberal sinaliza que os jovens são maltratados por um mercado do qual dependem, mas que não depende deles, encontram-se numa vacuidade sem limites, considerada degradante e são detestados por isso, hoje não mais explorados, são excluídos e quem sabe o próximo passo deva ser eliminá-los.

Aliás, Aguiar, Bock e Ozella (2007) referem que o conceito daquilo que conhecemos por juventude hoje, está intimamente ligado ao regime capitalista, pois ele impôs a necessidade de especialização, de maior tempo de preparação para o trabalho através da escola e a extensão do período escolar, o que possibilitou a aproximação do

grupo de iguais, culminando na criação do grupo social que passou a ser denominado “juventude”.

Entretanto, outras questões ocorrem: O conceito de juventude não é uma objetivação? Existe uma coisa chamada juventude? A juventude é uma categoria dada *a priori*, um objeto natural? Ou se constitui através das práticas?

A análise a que esse trabalho se propõe consiste em descrever as práticas, o que fazem os operadores da política pública de assistência social e o discurso que as põem em funcionamento. É possível analisar as práticas e o discurso que objetivam a juventude “pobre” na contemporaneidade? Que relações se estabelecem tomando juventude “pobre” como dispositivo analítico para pensar as relações de poder e produção de saber que a objetivam no campo das políticas públicas a ela destinadas?

Diante disso, o que a pesquisadora se propõe é, naquilo que lhe é possível, realizar análise de práticas corriqueiras efetivadas no transcurso do exercício profissional enquanto técnica em psicologia inserida na área da Assistência Social, no que diz respeito aos serviços, programas e projetos voltados à juventude, para ver aquilo que não se vê habitualmente, aquilo que está abaixo da linha de visibilidade (VEYNE, 1995). Realizar análise do discurso que tais práticas veiculam, pensar as práticas, os discursos, o fazer dos técnicos, agentes de políticas públicas, a partir da utilização dos instrumentais técnicos e de narrativas de registros mnemônicos de experiências vividas.

Assim, o capítulo que se segue dá conta de traçar as trajetórias metodológicas e teóricas por onde a pesquisadora transitou desde a graduação até a inserção no mestrado, apresentando as (des)construções que lhes foram possibilitadas nesse percurso.

No segundo capítulo, tendo em vista elucidar o campo no qual se insere, a pesquisadora aborda as políticas públicas para a juventude na sua interseção com a política de assistência social.

Já no terceiro capítulo, o foco são as práticas-discursivas que constitui a juventude “pobre”, cuja pretensão foi questionar tais discursos e práticas a luz da análise de poder em Foucault.

## **CAPÍTULO 1: PERCORRENDO E (DES)CONSTRUINDO TRAJETÓRIAS: MUDANÇA DE PERSPECTIVA**

“É preciso continuar, eu não posso continuar, é preciso continuar, é preciso pronunciar palavras enquanto as há, é preciso dizê-las até que elas se encontrem, até que me digam – estranho castigo, estranha falta, é preciso continuar, talvez já tenha acontecido, talvez já me tenham dito, talvez me tenham levado ao limiar de minha história, diante da porta que se abre sobre minha história, eu me surpreenderia se ela se abrisse” (Foucault, 1996).

Este capítulo se destina a tratar da mudança de perspectiva ocorrida na pesquisadora quando da inserção no mestrado. Muitas vezes, durante estes últimos anos, houve momentos nos quais as palavras faltaram, as dificuldades pareciam sufocar, como um “estanho castigo, estranha falta”, sentidos com toda força em seu próprio corpo, cabeça latejando, coração apertado, estômago embrulhado, parecia que havia algo prestes a ser posto pra fora, mas que insistia em manter-se ali dentro, impossibilitando de fazer a travessia.

Ao tratar dos labirintos da pesquisa, Corazza (2007) refere que os métodos formalizados pelos saberes disciplinares funcionam como pontes, ligando um ponto a outro, lugar por onde passamos e de onde pulamos caso não queiramos seguir o caminho traçado, pulamos para o abismo, para o buraco para o desconhecido.

Dessa forma, o trabalho de pesquisa, como um pulo no abismo, se destina ao combate do auto-engano e não a produção da verdade. Mendonça Filho (2012) ao referir-se a que se destina a pesquisa, sinaliza:

Basta-nos a diminuição dos orgulhos e desaquhecimento das vaidades sustentadas pela operacionalização de funções públicas, pelo desempenho em cargos de administração e/ou execução de práticas de governo e pela ostentação de conhecimentos especialistas de qualquer tipo e gênero. [...] Trata-se de movimento de pesquisa tateante, buscando prolongar o ceticismo [...] (p. 117).

A travessia consiste em entender como sou forçada a ser isto que sou, para romper e passar a ser aquilo que não sou. Segundo Bruck (2012), Deleuze nos lembra que estamos todos, de algum modo, ligados a dispositivos, pertencemos a um dispositivo e neles agimos. Além disso, que o dispositivo, agente motriz do mundo, mas também sempre resultado desse mundo, tende à atualização. Ao novo. Por isso, pode-se

dizer que a atualidade de um dispositivo é sempre a novidade de um dispositivo em relação aos que o precederam.

O novo é o actual. O actual não é o que somos, mas aquilo em que vamos nos tornando, aquilo que somos em devir, quer dizer, o Outro, o nosso devir-outro. É necessário distinguir, em todo o dispositivo, o que somos (o que não seremos mais), e aquilo que somos em devir: a parte da história e a parte do actual (DELEUZE, 1990, pg. 160).

Nesse sentido, este capítulo passeia pela trajetória metodológica e teórica por onde a pesquisadora transitou, apresentando desde as concepções de onde se partiu até aquilo lhes foi possibilitado pensar a partir da inserção nesse campo de pensamento, tendo em vista o contato com as reflexões de Michel Foucault.

### **1.1) Trajetória metodológica – de onde se parte e aonde se chega**

Foi prioritariamente no universo da ordem científica hegemônica que a pesquisadora veio desenvolvendo seus estudos, embora questionasse esse modo de fazer ciência, ainda não conhecia outra maneira legitimada de pensar o mundo, não percebia que a verdade científica é apenas um modo de produção de verdade com suas especificidades. Pensava então, em termos de dualidades, há o jovem cidadão e o não-cidadão, o excluído e o incluído, há a sociedade e há o Estado e pensava tudo isso como coisa dada, objetos naturais existentes a priori, não percebia que tais objetos são produzidos em relação.

Reproduzia o que aprendera enquanto dedicada aluna que sempre foi, que uma pesquisa para ser científica, é fundamental que se tenha um problema a ser investigado, com a definição de objetivos claros a serem alcançados, seguindo procedimentos rigorosos, como a produção de instrumentos válidos para a coleta de dados, os quais posteriormente passariam por um processo de análise a luz de alguma teoria ou tendo em vista outros estudos acerca da temática.

Vivemos num período em que o modelo de ciência vigente, o qual se constitui num modelo global e totalitário, nega o caráter racional das outras formas de conhecimento. Um modelo de ciência que se dá pela observação dos fatos, sistemático e rigoroso, baseado na formulação de leis, nesse sentido, o mundo é visto como uma

máquina, pois a estabilidade do mundo é condição para a transformação tecnológica do real (SANTOS, 2002). Desvencilhar-se disso, confrontar essa maneira de conceber as coisas e pensar de outra forma é uma operação bastante arriscada, principalmente quando isso parece constitutivo de nós e, portanto, requer coragem.

Embora houvesse encontrado anteriormente na fenomenologia uma alternativa, como um outro modo de fazer pesquisa que foge aos padrões, a padronização do modelo vigente tão difundido, não escapava as dicotomias pois ainda concebia a separação sujeito–objeto, há o sujeito/pesquisador que interroga o sujeito/objeto da pesquisa, o sujeito ainda é, portanto, tido como existente aprioristicamente.

A fenomenologia nasceu como um questionamento do modo científico de pensar inerente às ciências modernas, se constituindo enquanto crítica à ciência, à metodologia do conhecimento científico, metodologia essa que rejeita tudo que não possa estar subordinado a sua estreita noção de verdade. Portanto, a crítica consiste na formulação de outros modos de compreender tudo o que existe e que já tenha sido significado pela ciência. (CRITELLI, 2007).

A pesquisa monográfica realizada na graduação consistiu numa pesquisa de campo de natureza qualitativa, fundamentada no método fenomenológico proposto por Martin Heidegger, descrito por Dulce Critelli em sua obra “Analítica do Sentido”. Com o intuito de dar conta do que aconteceu, pelo esclarecimento do fenômeno, não se pretendeu, portanto, verificar, mas construir uma compreensão da vivência dos sujeitos desta pesquisa. Dessa forma, partiu-se dos fatos vividos em comum, para chegar a uma compreensão possível, aproximada, acerca do fenômeno.

[...] investigar é sempre colocar em andamento uma interrogação [...] não é, assim, uma aplicação sobre o real do que já se sabe a seu respeito. Ao contrário, é a ele que perguntamos o que queremos saber dele mesmo. [...] querer saber, querer compreender que se lança interrogante em direção àquilo que o apela, que o afeta, que provoca sua atenção e interesse (CRITELLI, 2007, pgs. 27-28).

De acordo com Bicudo (1994) na pesquisa fenomenológica, o investigador preocupa-se com a natureza do que vai investigar, uma vez que não existe para ele uma compreensão prévia do fenômeno. Ele não possui princípios explicativos, teorias ou qualquer indicação definidora do fenômeno, inicia, pois seu trabalho, interrogando o fenômeno. Nesse método de fazer pesquisa, entretanto, embora não existam explicações

prévias, já que se propõe a ser um método compreensivo, a separação sujeito (que interroga) objeto (interrogado) ainda se mantém.

Nesse sentido, Santos (2002) ao enfatizar que o paradigma dominante encontra-se em crise, refere que o conhecimento científico é desencantado, pois transforma a natureza num autômato, objetiva, degrada e caricaturiza, tornando a relação sujeito/objeto estanque e incomunicável. A partir da crise, os fatos observados vêm escapar do isolamento prisional das ciências, os objetos têm fronteiras menos definidas, são constituídos de teias que se inter cruzam, são, portanto, menos reais que as relações entre eles.

Então, o que pode nos fazer escapar dos moldes? A experiência ela mesma, os acidentes não as leis, o fluxo das circunstâncias é capaz de desestabilizar as crenças. Os encontros possibilitados nessa trajetória de mestrado, muitas vezes fizeram a pesquisadora perder o chão, a desorientaram, desestabilizaram, pois a fizeram olhar para aquilo que não se via e que lhe era habitual, fizeram questionar as verdades que lhes eram tão caras.

Assim, no percurso não importava mais a pesquisadora para onde iria, era mais interessante pensar de onde vinha? Porque vinha? No processo de fazer-se pesquisador é necessário questionar a vontade de verdade, que patrocina sua visada, promover a análise de onde se parte? De que lugar se fala? O que compõe seu discurso? Quais as condições exteriores de sustentação desse discurso? Tendo sempre em vista que os discursos se constituem como acontecimento, é uma articulação, não é produzido por uma interioridade.

Mapear as discursividades, as quais remetem a várias dimensões, esse é um dos métodos de pesquisa que se propõe análise do discurso, é preciso desconfiar de todas as noções que dão tranquilidade ao espírito. Descrever as práticas entendendo principalmente o que patrocina a visada do pesquisador, perceber as crenças e valores que atravessam o olhar do pesquisador para poder descarregar-se disso e encontrar de um outro modo. É preciso olhar a paisagem tão bem conhecida de outra forma, buscando nela o que ainda não se viu, desviar o olhar daquilo que lhes parece familiar para ver o que há por trás/para além disso.

Em “A Ordem do Discurso”, Foucault (1996) refere-se ao discurso como aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo, é o objeto do desejo, o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar, portanto, a produção do discurso, em toda sociedade, é controlada por certos procedimentos.

Nesse sentido é que Machado (1992) ao tratar da genealogia do poder em Foucault refere que:

(...) a investigação do saber não deve remeter a um sujeito de conhecimento que seria sua origem, mas a relações de poder que lhe constituem. Não há saber neutro. Todo saber é político. E isso não porque cai nas malhas do Estado, é apropriado por ele, que dele se serve como instrumento de dominação, descaracterizando seu núcleo essencial. Mas porque todo saber tem sua gênese em relações de poder (pg. 21).

Então, quais os procedimentos que têm por função conjurar os poderes e perigos da produção do discurso, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade? Dentre esses procedimentos encontra-se a vontade de verdade, que opera pelo “consenso da verdade”, pela oposição do verdadeiro e do falso, numa separação historicamente construída (FOUCAULT, 1996).

Ignoramos a vontade de verdade, como prodigiosa maquinaria destinada a excluir todos aqueles que, ponto por ponto, em nossa história, procuraram contornar essa vontade de verdade e recolocá-la em questão contra a verdade, lá justamente onde a verdade assume a tarefa de justificar a interdição e definir a loucura (FOUCAULT, 1996).

Questionar a vontade de verdade das produções discursivas acerca da juventude, da juventude “pobre” que “deve” ser inserida em programas sociais, vontade de verdade presente nos enunciados encontrados no dia-a-dia, naquilo que reproduzimos nas nossas práticas enquanto operadores de políticas públicas, é a isso que este trabalho se dedica.

Considerando a verdade como uma produção histórica, Foucault busca problematizar as práticas que fazem qualquer coisa entrar no jogo de verdadeiro e do falso, na ordem do discurso:

suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. Como se para nós a vontade de verdade e suas peripécias fossem mascaradas pela própria verdade em seu desenrolar necessário (FOUCAULT, 1996).

Nesse sentido, o discurso é uma prática que envolve relações de saber e poder que são históricas e marcadas por descontinuidades e rupturas, o que é dito, se observado com exatidão, apresenta preconceitos, reticências, saliências, reintrâncias de que os locutores não estão conscientes, já que as palavras nos enganam, fazem acreditar na existência de coisas, objetos naturais (POLLA, 2012).

Nas conferências que resultaram na obra “A Verdade e as formas jurídicas” abordando o problema da formação de um certo número de domínios de saber a partir de relações de força e de relações políticas na sociedade, utilizando-se do conceito de conhecimento em Nietzsche, Foucault profere que o conhecimento é sempre uma certa relação estratégica em que o homem se encontra situado, com isso, mostra como as condições políticas, econômicas e de existência formam os sujeitos e as relações de verdade, a partir das práticas judiciárias, de onde, segundo ele, nasceram os modelos de verdade que circulam em nossa sociedade (FOUCAULT, 2003).

Faz-se necessário, então, analisar as discursividades que produzem modos de dizer sujeitos-jovens: como as políticas públicas ao produzir formas de objetivação dos sujeitos-jovens possibilitam a produção de sentidos diversos sobre a juventude?

Além disso, analisar as linhas de força que fixam jogos de saber sobre as práticas discursivas, as linhas de força agem como flechas que não cessam de entrecruzar as coisas e as palavras, sem deixar de conduzir a batalha, passa por todos os lugares de um dispositivo, é, pois, a dimensão do poder (DELEUZE, 1990).

O exercício de poder aparece como um afeto, pelo seu poder de afetar outras forças e de ser por elas afetado. Articulado saberes e poderes é que Foucault chega ao conceito de dispositivo (EIZIRIK, 2006).

Foucault explicita o conceito como “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas.” Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo (MARCELLO, 2004).

O dispositivo é a rede que se pode tecer entre esses elementos, diz respeito às práticas elas mesmas, atuando como um aparelho, uma ferramenta, constituindo sujeitos

e os organizando. Deleuze (1990) considera o dispositivo como um conceito multilinear, alicerçado em três grandes eixos: saber, poder e produção de modos de subjetivação.

Os dispositivos têm por componentes linhas de visibilidade, linhas de enunciação, linhas de força, linhas de subjetivação, linhas de brecha, de fissura, de fractura, que se inter cruzam e se misturam, acabando por dar uma nas outras, ou suscitar outras, por meio de variações ou mesmo mutações de agenciamentos (Deleuze, 1990).

A partir da análise de dispositivos, Foucault distingue saber, poder e chega as formas de subjetivação, enfatizando os dispositivos de saber, feitos de formas e de poder, constituídos por forças (EIZIRIK, 2006). Considerando a verdade como uma produção histórica, Foucault busca problematizar as práticas que fazem qualquer coisa entrar no jogo de verdadeiro e do falso, na ordem do discurso.

Fazendo uma crítica ao pensamento dualista, tendo em vista que é na relação que se instauram as coisas, que formam as práticas e, as pessoas enquanto redes de sociabilidades, o que se toma por objeto são as práticas sócio-históricas. A metodologia adotada para fins desse trabalho será a genealogia, o método de Foucault impulsiona a perguntar, a problematizar, a investigar, a combater todas as verdades prontas e acabadas, todas as formas de opressão, dos discursos às práticas, consiste em descrever as práticas, que são exatamente o que fazem as pessoas (VEYNE, 1995).

Ao falar da genealogia, Foucault (1999, pg.13) refere que se trata de ativar saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica unitária que pretendia depurá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome dos direitos de uma ciência detida por alguns.

As genealogias não são retornos positivistas a uma forma de ciência mais atenta ou mais exata, mas anti-ciências. Trata-se da insurreição dos saberes não tanto contra os conteúdos, os métodos e os conceitos de uma ciência, mas de uma insurreição dos saberes antes de tudo contra os efeitos de poder centralizadores que estão ligados à instituição e ao funcionamento de um discurso científico organizado no interior de uma sociedade como a nossa, são os efeitos de poder próprios a um discurso considerado como científico que a genealogia deve combater (FOUCAULT, 1999, pg. 14).

Chamemos, se quiserem, de "genealogia" o acoplamento dos conhecimentos eruditos e das memórias locais, acoplamento que permite a constituição de um saber histórico das lutas e a utilização desse saber nas táticas atuais. Será essa, portanto, a definição provisória dessas genealogias que tentei fazer com vocês no decorrer dos últimos anos (FOUCAULT, 1999, pg. 13).

A genealogia seria, então, com relação ao projeto de uma inscrição dos saberes na hierarquia de poderes próprios à ciência, um empreendimento para libertar da sujeição os saberes históricos, isto é, torná-los capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico, unitário, formal e científico. A reativação dos saberes locais, contra a hierarquização científica do conhecimento e seus efeitos intrínsecos de poder, eis o projeto destas genealogias desordenadas e fragmentárias (FOUCAULT, 1979, pg. 172).

Assim, Foucault (1979) ao tratar da relação saber/poder refere:

Quero dizer que em uma sociedade como a nossa, mas no fundo em qualquer sociedade, existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e que estas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso (pg. 180).

E propõe algumas precauções metodológicas a serem seguidas: em vez de orientar a pesquisa sobre o poder no sentido do edifício jurídico da soberania, dos aparelhos de Estado e das ideologias que o acompanham, deve-se orientá-la para a dominação, os operadores materiais, as formas de sujeição, os usos e as conexões da sujeição pelos sistemas locais e os dispositivos estratégicos. E preciso estudar o poder colocando-se, fora do campo delimitado pela soberania jurídica e pela instituição estatal. E preciso estudá-lo a partir das técnicas e táticas de dominação (FOUCAULT, 1979).

O método genealógico consiste em observar com exatidão, despojando os esboços para verificar que existem mais coisas para serem explicadas, contornos bizarros que não eram percebidos, é preciso inverter os termos do enunciado, romper com as objetivações. Veyne (1995) refere-se às práticas como a parte oculta do *iceberg*, porque comumente esquecemos a prática para não mais ver senão os objetos que a reificam a nossos olhos, a prática nesse sentido, assim como a parte imersa do *iceberg* é o que está abaixo da linha de visibilidade, mas é constituída de gelo tal qual a parte emersa.

É preciso desviar os olhos dos objetos naturais para perceber uma certa prática, muito bem datada, que os objetivou sob um aspecto datado como ela, é importante, portanto, que foquemos nossa atenção nas práticas e não nos objetos, pois estes foram constituídos por meio delas (VEYNE, 1995), e esta é a empreitada a que nos dedicamos, pensar ações cotidianas que foram naturalizadas, cristalizadas, olhar para nosso fazer buscando enxergar o que não se vê habitualmente.

É preciso descarregar-se disso, o percurso que se seguiu consistiu em olhar para trás, revisitar, explorar minuciosamente a paisagem para vê-la de forma inusitada como jamais houvera visto antes. Para isso coube à pesquisadora, aos modos da etnografia, relatar suas experiências de imersão no campo das políticas públicas para juventude, campo no qual se mistura. Experiência entendida como presença participativa, contato sensível com o mundo a ser compreendido, como uma relação de afinidade emocional (CLIFFORD, 2002).

A etnografia pressupõe a inserção no campo, o pesquisador vai a campo sem hipóteses, ele vai a campo para viver a experiência, para entregar-se à ordem dos acontecimentos, sabendo que “[...] seria ilusório [...] procurar escapar a esse círculo no qual ele tem o dever de se encontrar deliberadamente” (LAPLANTINE, 2004, p. 24).

Como nos diz Lourau (1993) o cientista confere à ciência seus próprios valores, portanto, não existe neutralidade, tampouco objetividade, o que existe é o pesquisador implicado, segundo ele “quando falamos em implicação com uma pesquisa, nos referimos ao conjunto de condições da pesquisa. Condições inclusive materiais, onde o dinheiro tem uma participação tão “econômica” quanto “libidinal”” (pg. 16).

Coube a pesquisadora examinar toda a tralha que carregava na mochila desde a saída de casa para poder descarregar-se dela, deixar a mochila vazia, desprender-se das coisas que ali estavam, para que outras coisas pudessem ser postas nela. Sobretudo, realizar análise e desmontagem de dispositivos, desemaranhar suas enredadas linhas.

## **1.2) Trajetórias teóricas: o poder em Foucault – do poder soberano ao biopoder**

Pensando as coisas a partir do regime de verdade vigente, a pesquisadora pensava o mundo em termos de bem e mal, certo e errado, justo e injusto, o mundo para ela era dividido entre aqueles que detêm o poder e os não o possuem, haviam os governantes e os governados, o Estado e a sociedade como coisas distintas.

Além disso, enquanto técnica e operadora desse regime de verdade, lutava em favor daqueles que para ela eram despossuídos de poder, os vulneráveis, os excluídos, para que tivessem seus direitos assegurados e suas necessidades atendidas pelos que dele se apropriam, os favorecidos, os detentores do poder, ou seja, o poder era para ela claramente uma coisa que alguém possuía.

Mas o que aconteceria se os heróis não existissem, ou melhor, e se eles passassem a se comportar como vilões? Como ficaria a questão do poder? O ingresso na UFS possibilitou conhecer outros mundos possíveis, ampliar os horizontes, descortinar outras paisagens.

O contato com Foucault através do GEPEC e das disciplinas cursadas no mestrado, possibilitou essa mudança de olhar, para Foucault o poder não é um objeto ou algo que se possui como coisa, o poder opera entre os pares, é algo que se exerce na relação (MACHADO, 1992), então, como dizia Veyne (1995), não há os governados eternos, já que o que existem são relações que engendram práticas diversas, nesse sentido o poder espalha-se em um conjunto de práticas, constituindo uma espécie de rede da qual não se escapa.

“Não existe algo unitário e global chamado poder, mas unicamente formas díspares, heterogêneas, em constante transformação” (pg. 10). O poder não é um objeto natural, mas uma prática social, nesse sentido, não existe de um lado aqueles que detêm o poder e do outro os que não o detêm, pois o poder não existe, o que existem são práticas, relações de poder, o poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona como uma máquina que se dissemina por toda a estrutura social (MACHADO, 1992).

Dentro desse contexto, o conceito de Governamentalidade em Foucault é proposto como forma de subverter o discurso hegemônico no qual o Estado apresenta-se como aquele que detém o poder, do qual o poder emana. Ele aponta para dois tipos de discurso, o primeiro com a organização do direito em torno do poder soberano, a teoria jurídico-política da soberania, o segundo trata-se de um mecanismo que atua sobre os corpos, o biopoder.

Ao tratar do poder soberano, ele destaca que entre o século XVI e o final do século XVIII desenvolveu-se uma série de tratados sobre a arte de governar. Como governar, como fazer para ser o melhor governante? Tais questões emergiram num contexto de instauração dos grandes Estados territoriais e de uma preocupação com a concentração estatal, mas também indicando movimento de dispersão e dissidência religiosa, como foi o caso da Reforma e da Contra- Reforma. O que se coloca como tema é uma “problemática geral do governo em geral” (FOUCAULT, 1979).

(...) enquanto durou a sociedade de tipo feudal, os problemas a que a teoria (jurídico-política) da soberania se referia diziam respeito realmente à mecânica geral do poder, à maneira como este se exercia, desde os níveis mais altos até os mais baixos. Em outras palavras, a relação de soberania, quer no sentido amplo quer no restrito, recobria a totalidade do corpo social (FOUCAULT, 1979, pg. 187).

Entretanto, Foucault não se atém ao que na época era tomado como o discurso sobre o governar, tal como apresentado em *O príncipe* de Maquiavel. Ele destaca, portanto, a existência de uma literatura antimachiavélica entre o século XVI e o início do século XIX, que aponta para uma importante construção da arte de governar que desenhará e sustentará o Estado moderno.

Esquemáticamente, se pode dizer que *O Príncipe* de Maquiavel é essencialmente um tratado da habilidade do príncipe em conservar seu principado e é isto que a literatura anti-Maquiavel quer substituir por uma arte de governar. Ser hábil em conservar seu principado não é de modo algum possuir a arte de governar (FOUCAULT, 1979, pg. 280).

Foucault propõe o contraste entre duas tecnologias do poder, de uma sociedade tradicional marcada pelo poder soberano para a sociedade moderna dita disciplinar. No primeiro diagrama, vemos um modo de governar caracterizado pela exterioridade, pela transcendência do príncipe em relação ao seu principado que ele recebe por herança, por aquisição ou por conquista e com o qual mantém laços por tratados, por violência.

Nesse modo de governar o poder se exerce em sentido único, o soberano deve ter habilidade em conservar o principado a qualquer custo, para isso tem o poder de decidir sobre a morte ou deixar viver os seus súditos. Na teoria clássica da soberania o direito de vida e de morte era um de seus atributos fundamentais, o soberano tem direito de vida e de morte sobre os súditos, os quais não são de pleno direito nem vivos nem mortos, a vida e a morte só se tornam direitos pela vontade do soberano (FOUCAULT, 1999).

O que Foucault sinaliza, entretanto, é que a modernidade política já não podia encontrar apoio nos mecanismos do poder soberano e, dessa forma, um outro diagrama se apresenta, então, segundo Foucault, aquilo que se chamou de uma arte de governar. Foucault refere que nos séculos XVII e XVIII, ocorreu um fenômeno importante, o aparecimento, ou melhor, a invenção de uma nova mecânica de poder, com procedimentos específicos, instrumentos totalmente novos e aparelhos bastante diferentes, o que é absolutamente incompatível com as relações de soberania. A diferença entre essa arte de governar e o governo do soberano é que o governo não toma mais por alvo somente o território, passa a governar “coisas”. Há uma diferença no “como” se exerce o poder, fala-se neste momento do governo da casa, das almas, das crianças, da família (FOUCAULT, 1979).

Para a soberania, o que permitia atingir sua finalidade, qual seja, a obediência à lei, era a própria lei, lei e soberania estavam indissoluvelmente ligadas. Ao contrário, no caso da teoria do governo não se trata de impor uma lei aos homens, mas de dispor as coisas, isto é, utilizar mais táticas do que leis, ou utilizar ao máximo as leis como táticas. Fazer, por vários meios, com que determinados fins possam ser atingidos. Isto assinala uma ruptura importante, enquanto a finalidade da soberania é ela mesma, e seus instrumentos têm a forma de lei, a finalidade do governo está nas coisas que ele dirige, deve ser procurada na perfeição, na intensificação dos processos que ele dirige e os instrumentos do governo, em vez de serem constituídos por leis, são táticas diversas. Na perspectiva do governo, a lei não é certamente o instrumento principal (FOUCAULT, 1979).

Este novo mecanismo de poder apoia-se mais nos corpos e seus atos do que na terra e seus produtos. É um mecanismo que permite extrair dos corpos tempo e trabalho mais do que bens e riqueza. É um tipo de poder que se exerce continuamente através da vigilância e não descontinuamente por meio de sistemas de taxas e obrigações distribuídas no tempo; que supõe mais um

sistema minucioso de coerções materiais do que a existência física de um soberano (FOUCAULT, 1979, pg. 187).

Foucault (1999, pg. 288) irá chamar de tecnologia disciplinar do trabalho, aquelas técnicas de poder que irão aparecer, nos séculos XVII e XVIII, técnicas estas essencialmente centradas no corpo individual. Consistia em procedimentos pelos quais se assegurava a distribuição espacial dos corpos individuais e a organização, em torno desses corpos individuais, de todo um campo de visibilidade, na tentativa de aumentá-lhes a força útil, através do exercício, do treinamento. Eram, ainda, técnicas de racionalização e de economia estrita de um poder que devia se exercer, da maneira menos onerosa possível, mediante todo um sistema de vigilância, de hierarquias, de inspeções, de escriturações, de relatórios.

O poder disciplinar se apoia no princípio de que representa uma nova economia do poder, segundo o qual se deve propiciar simultaneamente o crescimento das forças dominadas e o aumento da força e da eficácia de quem as domina. Este novo tipo de poder, que não pode mais ser transcrito nos termos da soberania, é uma das grandes invenções da sociedade burguesa. Ele foi um instrumento fundamental para a constituição do capitalismo industrial e do tipo de sociedade que lhe é correspondente (FOUCAULT, 1979).

Entretanto, Foucault (1999) aponta para o surgimento, durante a segunda metade do século XVIII de uma outra tecnologia de poder, tecnologia que não exclui o poder disciplinar, mas que o integra, utiliza-a implantando-se nela, essa tecnologia se constitui naquilo que ele chamou “biopolítica” da vida humana.

A ideia básica de Foucault é mostrar que as relações de poder não se passam fundamentalmente nem ao nível do direito nem da violência, como se desejava as teorias do poder soberano, que definem o poder como direito originário que se cede, tendo como instrumento privilegiado o contrato e no Estado o órgão cujo papel é realizar a repressão. O interesse da análise é, pois, que os poderes não estão localizados em nenhum ponto específico da estrutura social, mas funcionam como uma rede de mecanismos e dispositivos da qual ninguém escapa (MACHADO, 1992).

Foucault introduziu o termo *biopoder/biopolítica* - para designar formas de poder exercidas sobre as pessoas, pensadas já essencialmente na sua qualidade de seres

humanos. À violência utilizada pelo poder soberano, sucede uma prática moderna caracterizada pelos reflexos do biológico na política. Os sujeitos passam, então, a ser vistos enquanto membros de uma população (RAMOS DO Ó, 2009).

Ao tratar da biopolítica, Foucault (1999) refere que essa nova técnica de poder se aplica a vida dos homens, ao homem vivo, ao homem ser vivo, ao homem-espécie:

(...) a nova tecnologia que se instala se dirige a multiplicidade dos homens, não na medida em que eles se resumem em corpos, mas na medida em que ela forma, ao contrário, uma massa global, afetada por processos de conjunto que são próprios da vida, que são processos como o nascimento, a morte, a produção, a doença, etc. Logo, depois de uma primeira tomada de poder sobre o corpo que se fez consoante o modo da individualização, temos uma segunda tomada de poder que, por sua vez, não é individualizante mas que é massificante, se vocês quiserem, que se faz em direção não do homem-corpo, mas do homem-espécie (pg. 289).

Percebe-se que o poder, mesmo em sua relação com o Estado, não tem mais uma fonte e um objeto único de incidência privilegiado. O que Foucault chama de governamentalidade diz respeito à arte de governar “coisas”, que entre os séculos XVI e XVIII estava ainda marcada pelo modelo da família. A família como modelo de governo desaparece, reaparecendo não mais nesta condição, mas como segmento ou instrumento privilegiado para o governo da população. É no século XVIII, portanto, que a preocupação com o controle da população realiza este desbloqueio das artes de governar, criando as condições para uma ação ampliada de governo que Foucault designa por “governamentalidade” (FOUCAULT, 1979).

Ao fazer um comparativo entre a tecnologia regulamentadora da vida e a tecnologia disciplinar do corpo, Foucault (1999) refere-se a primeira como:

(...) uma tecnologia que, por sua vez, é centrada não no corpo, mas na vida; uma tecnologia que agrupa os efeitos de massas próprios de uma população, que procura controlar a série de eventos fortuitos que podem ocorrer numa massa viva; uma tecnologia que procura controlar (eventualmente modificar) a probabilidade desses eventos, em todo caso em compensar seus efeitos. É uma tecnologia que visa portanto não o treinamento individual, mas, pelo equilíbrio global, algo como uma homeostase: a segurança do conjunto em relação aos seus perigos internos (pg. 297).

O objetivo do governo passa a ser não certamente governar, mas melhorar a sorte da população, aumentar sua riqueza, sua duração de vida, sua saúde, para isso utiliza-se de instrumentos os mais variados, dentre eles, campanhas através das quais se

age diretamente sobre a população, e técnicas que vão agir indiretamente sobre ela, sem que as pessoas se deem conta. Dessa forma, a população aparece como sujeito de necessidades, de aspirações, mas também como objeto nas mãos do governo, como consciente, frente ao governo, daquilo que ela quer e inconsciente em relação àquilo que se quer que ela faça. O interesse individual - como consciência de cada indivíduo constituinte da população e o interesse geral - como interesse da população (FOUCAULT, 1979).

Recapitulando, então, o que foi dito até aqui, temos em Foucault a distinção de diferentes formas de poder no Ocidente, que embora se exerçam de maneiras diferentes, não se excluem. O poder soberano, como Estado de justiça baseado na Lei, o poder disciplinar, constituindo um Estado administrativo e por fim, o biopoder, caracterizando um Estado de governo que não é mais essencialmente definido por sua territorialidade, pela superfície ocupada, mas pela massa da população que utiliza a instrumentalização do saber econômico, corresponderia a uma sociedade controlada pelos dispositivos de segurança (FOUCAULT, 1979).

A governamentalidade só pôde adquirir suas dimensões atuais graças a uma série de instrumentos particulares, quais sejam a pastoral, as técnicas diplomático-militares e a polícia. É a esta última que vamos nos ater: “Polícia é o conjunto das “leis e regulamentos que dizem respeito ao interior de um Estado e procuram consolidar e aumentar o poderio desse Estado, que procuram fazer um bom uso das suas forças”. O bom uso das forças do Estado - é esse o objeto da polícia” (FOUCAULT, 2008, pg 422).

O que caracteriza um Estado de polícia é aquilo que os homens fazem, sua ocupação:

Ter "o homem como verdadeiro sujeito", e o homem como verdadeiro sujeito "qualquer que seja a coisa a que se dedique", na medida em que, precisamente, ele tem uma atividade e que essa atividade deve caracterizar sua perfeição e possibilitar por conseguinte a perfeição do Estado, é isso, creio, que é um dos elementos fundamentais e mais característicos do que se passou a entender por “polícia” (FOUCAULT 2008, pg. 432).

A polícia é, pois, o conjunto das intervenções e dos meios que garante que viver, coexistir, será útil ao aumento das forças do Estado, a polícia se dedica a fazer da felicidade dos homens a utilidade do Estado, a própria força do Estado.

O Estado, diante desta perspectiva, não é considerado uma instância detentora do poder, ao contrário, é por meio dos mecanismos de governo da população que durante o século XVIII se edifica a governamentalização do Estado. Governar um Estado significará, portanto, estabelecer a economia ao nível geral do Estado, isto é, ter em relação aos habitantes, às riquezas, aos comportamentos individuais e coletivos, uma forma de vigilância, de controle atento (FOUCAULT, 2008a) Trata-se de reger os modos de funcionamento a partir de táticas, não necessariamente impondo leis, mas produzindo comportamentos. E, para garantir a governamentalização do Estado é que, segundo Foucault, são criados determinados dispositivos, entre eles a polícia.

O que interessava ao Estado de polícia não era necessariamente o que os homens são ou o que possuem, interessava o que fazem, sua atividade, sua ocupação. A polícia tinha por objetivo o controle destas atividades, na medida em que estas pudessem constituir um elemento diferencial no desenvolvimento das forças de Estado. Portanto, a polícia era o meio pelo qual o Estado estimulava, determinava e regulamentava as ocupações humanas (FOUCAULT, 2008).

## **CAPÍTULO 2: PERCURSO HISTÓRICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE NO CAMPO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Este capítulo se destina a elucidar questões referentes ao campo de atuação técnica que se constituiu como material para a análise proposta neste trabalho, a saber: as políticas públicas para a juventude que incidem no campo da assistência social.

Para tal será realizada uma contextualização da assistência social enquanto política pública, enfatizando enquanto equipamento operacionalizador dessa política o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), equipamento no qual a pesquisadora se insere como técnica em psicologia.

Além disso, trataremos dos programas e projetos destinados a juventude que se encontram referenciados a este equipamento social, enfatizando prioritariamente o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) – Projovem Adolescente.

Para questionar as práticas efetivadas no campo em tela a pesquisadora se apropria daquilo que sempre serviu como norteador do seu trabalho, como uma bíblia, algo a ser fielmente seguido pela dedicada técnica, agente de políticas públicas que sempre foi, os instrumentais técnicos, os marcos legais, os manuais e as normativas operacionais.

Como um fiel desacreditado em busca de respostas, a pesquisadora folheia este material que sempre lhe foi tão caro, para saber o que lhe diz? Qual saber evoca?

Tais textos referem-se à assistência social como uma política pública de proteção e promoção social, que tem como um dos seus objetivos consolidar-se como uma política pública de garantia de direitos e cidadania. Ou seja, o que esses instrumentais enfatizam é que tal política tem como objetivo alcançar a participação cidadã e a convivência social (BRASIL, 2004).

Por participação cidadã tais legislações definem o acesso e o reconhecimento de direitos, o desenvolvimento de potencialidades por parte dos sujeitos que resultem na sua atuação crítica, protagônica e transformadora na vida pública, no exercício de uma

cidadania ativa, criadora de novos direitos, de novos espaços participativos e comprometida com a democracia (BRASIL, 2005).

Já no que se refere à convivência social, a ênfase que se dá é no fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, tendo a matricialidade sociofamiliar como pilar, que considera a capacidade protetiva e socializadora da família (seja ela biológica ou construída), assim como leva em conta a necessidade de que as políticas públicas compreendam a família como portadora de direitos e de proteção do Estado (BRASIL, 2005).

Entretanto, o que esse discurso de empoderamento e protagonismo revela é a reprodução de práticas destinadas àqueles considerados “vulneráveis”, reforçando o discurso de que o poder se encontra nas mãos daqueles que dominam em detrimento dos “dominados”, além disso, refere-se aos “pobres” como aqueles que necessitam da intervenção de especialistas para tutelar suas vidas, já que é somente através da intervenção do Estado que a tão sonhada felicidade pode ser alcançada.

Nesse sentido, a assistência social enquanto política pública passa a ser entendida como um mecanismo de governamentalização do Estado, o qual se interessa pelo sujeito de direito, constituindo saberes a respeito deste e efetuando práticas.

### **2.1) A constituição da assistência social enquanto política pública**

Os instrumentais que compõem o campo da assistência social fazem questão de enfatizar que a questão social <sup>2</sup>esteve durante muito tempo ausente das formulações de políticas no Brasil, sendo recente a construção do direito da assistência social, voltada para a garantia de direitos e promoção do desenvolvimento humano e social. Assim, a denominada Constituição cidadã, constituição de 1988, se constitui num marco, uma vez que confere pela primeira vez, a qualidade de política pública, não contributiva, a

---

<sup>2</sup> Por questão social se entende, para fins desse trabalho, um conjunto de problemáticas sociais, políticas e econômicas que se geraram na sociedade capitalista. Ou seja, ao falar de questão social está se falando da divisão da sociedade em classes e da apropriação desigual da riqueza gerada socialmente. Questão esta que se reformula e se redefine e que na atual conjuntura assume novas configurações e expressões (PASTORINI, 2004).

assistência social, compondo juntamente com a saúde (não contributiva) e a previdência social (contributiva) o famoso tripé da seguridade (BRASIL, 2009b).

Dentro desse contexto, a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em 1993, estabelece normas e critérios para a organização da assistência social, enquanto direito, e enquanto tal exige definições de leis, normas e critérios objetivos. Como se pode notar em seu art. 1º:

A assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, é política da seguridade social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 1993).

Segundo Raupp e Milnitsky-Sapiro (2005) as políticas públicas não estão reduzidas à implantação de serviços, uma vez que englobam projetos de natureza ético-política e compreendem níveis diversos de relações entre o Estado e a sociedade civil na sua constituição. Envolvem, pois, múltiplos atores em seu desenho e implementação, potencializando a inserção de novas idéias e de composição com diferentes saberes e práticas.

Dessa forma, tais políticas enfatizam o Controle social como condição para o funcionamento da mesma, Controle Social, contemplada no art. 5º, inciso II da LOAS e previsto desde a Constituição de 1988, consiste na participação popular organizada na gestão política-administrativa-financeira e técnica- operativa das políticas públicas. Assim, como exemplos de espaços para a participação popular na política de assistência social, podem-se citar os conselhos, os fóruns e as conferências de assistência social (BRASIL, 2009b).

Esses dispositivo de participação popular, bem como, a Constituição Federal como a conhecemos, são resultantes de movimentos sociais realizados contra a ditadura militar no Brasil. Monteiro, Coimbra e Mendonça Filho (2006, pg. 10) ao tratar desses movimentos referem que tais movimentos fazem parte de toda uma estratégia coletiva de resistência. É a luta por liberdades democráticas, pela conquista de espaços, de canais de abertura a expressões e valores diferentes dos impostos pelos porta-vozes do capitalismo internacional via ditadura militar.

Embora sejam marcados pela lógica da representação partidária, inauguram um outro modo de pensar e fazer política, já que enfatizam o cotidiano, o pequeno, o invisível, o capilar, a política vai se expressando positivamente nesta dimensão microfísica que antes era desconsiderada pelos movimentos de resistência. Porém, no processo é a dimensão macro, com seus lugares de poder estabelecidos pela lógica da representação partidária que vai sendo privilegiada, o da conquista de um lugar de poder que se acreditava estar localizado no Estado (MONTEIRO, COIMBRA E MENDONÇA FILHO, 2006).

Com o viés de descentralização, ampliação e participação, é que aprovou-se em 2004, a Política Nacional da Assistência Social (PNAS), que se trata do resultado de uma construção coletiva que envolveu diversos setores da assistência social, em debates ocorridos em todos os Estados da Federação (BRASIL, 2004).

O discurso veiculado com o estabelecimento da PNAS, é que esta se constitui num novo caminho, fundamentado na ruptura de uma história atravessada por ações que tinham em seu desígnio a lógica das beneficências, dos clientelismos e a manutenção da condição de dependentes às pessoas que a ela recorriam (BRASIL, 2008b).

Entretanto, tal política, apresentando um viés de rompimento com práticas assistencialistas, tendo em vista assegurar o direito dos cidadãos, não foge ao campo de intervenção da biopolítica como um mecanismo muito mais sutil, economicamente mais racional, pois, o que se percebe é que embora nela a proposta seja de reconhecer o homem como sujeito de direito, este integra uma determinada população que é considerada merecedora da atenção do Estado, ou seja, a PNAS se constitui como uma instituição atuando em favor da governamentalidade.

Foucault (1979, pg. 291) fala da governamentalidade como um conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança. Dentre esses instrumentos, a polícia objetiva o fortalecimento do Estado reforçando o discurso do homem como sujeito.

O que esses instrumentais buscam marcar é que essa nova política constituiu-se fundamental para a implementação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS),

sistema esse que tem como objetivo assegurar a concretização dos preceitos da LOAS, e integrar as três instâncias do governo, federal, estaduais e municipais, em uma ação pública comum de garantia de direitos universais (BRASIL, 2004).

Enfatizam, ainda, que a perspectiva da Assistência Social como política pública de proteção social estabelece uma análise da realidade brasileira, para que se possa identificar quantos são, quem são e em que circunstâncias demandam os serviços, programas, projetos e benefícios da Assistência Social. Portanto, deve-se conhecer as situações de pobreza, privações e exclusão a que são submetidas parcelas da população brasileira, compreendendo as diferenças, particularidades e potencialidades que cada segmento desta população apresente (BRASIL, 2004).

O que se propõe como arte de governar, é estabelecer mecanismos reguladores, que vão fixar na população um equilíbrio, estabelecer uma média, assegurar compensações, a biopolítica se dirige aos acontecimentos aleatórios que ocorrem numa população considerada em sua duração. Trata-se de estabelecer mecanismos reguladores para otimizar um estado de vida, como mecanismos disciplinares destinados a maximizar as forças e extraí-las (FOUCAULT, 1999).

Com a PNAS, se difundiu o discurso da proteção social básica, a qual, segundo tais legislações, tem por objetivo contribuir para a prevenção de situações de risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições bem como o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se, pois, à população que se encontra em situação vulnerável em decorrência da pobreza, privação e da fragilidade dos vínculos afetivos e de pertencimento social.

Tal dispositivo reforça o discurso do “pobre” como aquele que necessita de intervenção, o que caracteriza uma relação saber/poder na qual o que interessa é gerir a vida dos homens, controlá-los em suas ações para que seja possível e viável utilizá-los ao máximo, tendo como objetivo o aumento do efeito do seu trabalho e a diminuição de sua capacidade de revolta, de resistência, de luta contra as ordens do poder, ou seja, tornar os homens dóceis politicamente (MACHADO, 1992, pg. 16).

A proteção social se propõe efetiva a partir do desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, conforme constatação da situação de vulnerabilidade apresentada. Todas

essas instâncias, interligadas com as demais políticas públicas locais, visam garantir a sustentabilidade das ações desenvolvidas e o protagonismo das famílias e indivíduos atendidos, bem como, superar as condições de vulnerabilidade e a prevenir as situações que indicam risco potencial (BRASIL, 2004).

Os serviços de proteção social básica serão coordenados e organizados pelo Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), que se constitui numa unidade pública, a qual trabalha com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando orientar e fortalecer o convívio sócio-familiar, sendo responsável pela oferta e o desenvolvimento do Programa de Atenção Integral às Famílias (PAIF) (BRASIL, 2004).

O PAIF se propõe a valorizar as heterogeneidades, peculiaridades e diversidade de culturas do grupo familiar, considerando os diversos arranjos familiares existentes, parte do pressuposto de que se constituem em funções básicas da família, prover a proteção e a socialização dos seus membros, constituir-se enquanto referência moral e afetiva, bem como, ser mediadora das relações dos seus membros com outras instituições e com o Estado.

O CRAS, opera dessa forma, materializando a lógica dos lugares dominador/dominado, nele seus operadores, fazendo funcionar a máquina, buscam ocupar lugares de poder, persistindo a ideia de salvadores, pastores identificados com a causa do bem maior, porque oriundos do lugar de dominados.

O que fica obliterado por este esquema de entendimento é a idéia de que um lugar de poder instituído, como o aparelho de Estado, funciona segundo certas lógicas, e que “ocupá-lo” é, na maior parte das vezes, servi-lo na condição de operador de seus dispositivos e, nesta condição, o operador não muda a máquina, ele a faz funcionar. Experimentando a impossibilidade de transformar o funcionamento das máquinas estatais capitalísticas, mantém-se a crença na possibilidade de reformas através de intervenções nas formulações e implementações de políticas públicas vinculadas ao Estado (MONTEIRO, COIMBRA, MENDONÇA FILHO, 2006).

Assim, ao enfatizar o investimento na importância dos atores implicados no processo de produção de tal política pública, o que se produz é o discurso do protagonismo e da autonomia daqueles que, por muito tempo, se posicionavam como vulneráveis e necessitados de intervenções assistencialistas, sejam os atualmente

denominados usuários dos serviços, sejam os trabalhadores eles mesmos, não menos passivos no exercício de seu mandato social.

A proteção social a que o CRAS se destina, prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, conforme constatação da situação de vulnerabilidade apresentada. Todas essas instâncias, interligadas com as demais políticas públicas locais, visam garantir a sustentabilidade das ações desenvolvidas e o protagonismo das famílias e indivíduos atendidos, bem como, superar as condições de vulnerabilidade e a prevenir as situações que indicam risco potencial (BRASIL, 2004).

Dessa forma, os operadores de tal política, os agentes que a põem em funcionamento operam como polícia das famílias. Foucault (2008) ao tratar das características do que se passou a entender por polícia, refere que ela tem como elemento fundamental ter o homem como verdadeiro sujeito em qualquer que seja a coisa a que se dedique, deve ter uma atividade, a qual deve caracterizar sua perfeição e, por conseguinte, a perfeição do Estado.

São, portanto, inseparáveis os processo de produção de cidadãos e o processo de produção de subjetividades protagonistas e autônomas que se engajam na reprodução dos modos de gerir os processos de trabalho no campo da assistência social já que os serviços, programas, projetos e benefícios que são a partir da PNAS desenvolvidos e executados têm como objetivos centrais assegurar direitos e possibilitar aos cidadãos protagonismo e autonomia.

## **2.2) O jovem na agenda política: programas e projetos destinados à juventude**

Nos textos que se referem à juventude, esta concepção da assistência social como direito, tão difundida a partir da década de 80 e pautada na Constituição Federal, e posteriormente na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e na PNAS, traz consigo a ideia de que é possibilitado a juventude assumir um novo papel, deixando de ser pensada na condição a ser protegida, já que as políticas anteriores estavam intimamente

atreladas as políticas destinadas a infância e passa, a partir de então, a ser pensada como ator político.

Trata-se de associar serviços e benefícios que permitam a prevenção de riscos e contribuam para o reforço da autoestima dos jovens, o desenvolvimento de sua autonomia e capacidade de sobrevivência futura, bem como para a ampliação de seu acesso e usufruto à cultura e aos bens sociais.

Sposito e Corrochano (2005) consideram que a partir de 1995 podem ser observadas sensíveis diferenças no âmbito do debate público em torno do tema da juventude no Brasil. Nesse momento já era reconhecida uma sensível atuação de organizações não-governamentais que se dedicavam ao trabalho com jovens, sobretudo no campo da cultura, apesar disto ocorrer de maneira fragmentada e descontínua.

No plano federal, a gestão Fernando Henrique Cardoso, que ocorreu de 1995 a 2002, marcou uma curvatura importante através de iniciativas originadas em diversos ministérios, contudo tais ações não se deram de maneira articulada no intuito de constituir um campo de políticas públicas para os jovens. No final de seu mandato, e no período de transição para o novo governo, a visibilidade do tema ampliou-se ainda mais com um intenso debate empreendido, sobretudo por organizações da sociedade civil que tinham como alvo o trabalho com os jovens (SPOSITO e CORROCHANO, 2005).

De acordo com Blanco (2010) embora tenham sido criados diversos programas voltados para juventude, direcionados a questões de saúde, de assistência, de trabalho e educação, tais programas ocorriam sem uma maior competência institucional vinculados em direitos ou em espaços de gestão pública específicos para juventude em nível nacional. O aumento significativo das políticas referentes à temática dos adolescentes e jovens no âmbito do Governo Federal que data do período compreendido entre 1999 e 2002, não possibilitou a construção de um novo caminho, já que se constata que o avanço qualitativo desses projetos foi pequeno. Trata-se, portanto, de projetos isolados que não sinalizam na direção da consolidação de políticas e formas democráticas de gestão (HORTA e SENA, 2010).

Além disso, esses projetos apresentavam como característica associar juventude a criminalidade e tinham como objetivo prevenir a incidência de atitudes violentas por parte dos jovens. Vale ressaltar, dentre esses, a criação do Projeto Agente Jovem, no ano

2000, no âmbito da Secretaria de Estado de Assistência Social. Esse Projeto vinculou-se inicialmente ao Plano Nacional de Segurança Pública, mais especificamente a um de seus compromissos, relacionado à intensificação das ações de prevenção do fenômeno da violência inserido no Programa Nacional de Direitos Humanos.

Somente depois se desassociou da área da segurança pública, e passou a ser de responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome, porém não houve alterações significativas nos objetivos ou no público-alvo, ou seja, a meta ainda era alcançar a juventude “pobre” (SPOSITO e CORROCHANO, 2005).

O público-alvo deste Projeto, portanto, eram os jovens com idade entre 15 e 17 anos, prioritariamente aqueles que se encontravam fora da escola, que estavam participando ou tenham participado de outros programas sociais do governo, em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, egressos ou sob medida socioeducativa, oriundos de programas de atendimento à exploração sexual e comercial de menores, além de adolescentes portadores de algum tipo de deficiência. Inicialmente, esse público era escolhido pelos próprios municípios ou organizações responsáveis pelo Projeto, depois foram implementadas modificações no processo de seleção dos jovens a partir da introdução do Cadastro Único, respondendo a critérios de renda (SPOSITO e CORROCHANO, 2005).

A criação deste Projeto pautou-se na necessidade de construir um programa que pudesse “ocupar” esses jovens, retirando-os da situação de “risco” em que se encontravam. Seus objetivos específicos eram: criar condições para inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema de ensino; promover sua integração à família, à comunidade e à sociedade; prepará-lo para atuar como agente de transformação e desenvolvimento de sua comunidade; contribuir para a diminuição dos índices de violência, uso de drogas, DSTs e gravidez não planejada; e desenvolver ações que facilitem sua integração e interação quando estiverem inserido no mundo do trabalho (SPOSITO e CORROCHANO, 2005).

O governo federal empossado em 2003, governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, também reconheceu a importância de tal temática ao constituir um grupo interministerial para a discussão das políticas voltadas a juventude, destinado a formular um conjunto de diretrizes de ação. Algumas iniciativas foram observadas no início do mandato, como o Programa Primeiro Emprego e, mais posteriormente, a criação do

Programa Projovem, ao lado da instituição da Secretaria Nacional de Juventude e do Conselho Nacional de Juventude (SPOSITO e CORROCHANO, 2005).

Assim, de acordo com Horta e Sena (2010) a partir de 2003, tem-se instalado um campo de discussão de políticas públicas para os jovens, todavia, tais políticas podem não refletir necessariamente em mudanças significativas no interior de uma agenda pública que tem a juventude e seus direitos como tema. Contudo, Blanco (2010) sinaliza que a organização de um grupo interministerial, em meados desta última década, sob a responsabilidade da Secretaria Geral da Presidência, propiciou a articulação de dezenove ministérios na elaboração de um diagnóstico sobre as diversas ações que vinham ocorrendo em âmbito federal para a juventude.

Tal feito reuniu as condições para organizar uma nova estrutura institucional responsável, sobretudo por articular e gerir políticas – a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) - e programas interministeriais para a juventude, entre eles o ProJovem, o qual assumiu uma postura de política emergencial e de caráter experimental, propondo um currículo que versa de maneira articulada sobre a formação geral, a qualificação profissional e a participação cidadã.

O Projovem teve início em 2005, tendo como meta atuar em todas as capitais do país, passou em 2006 a abranger outras cidades que possuíam um quantitativo populacional de 200 mil habitantes. No ano de 2007, formou-se um grupo denominado GT Juventude, que reunia representantes de alguns dos Ministérios, bem como da Secretaria-geral da Presidência da República e da Casa Civil, objetivando promover uma avaliação dos resultados alcançados nos primeiros anos com os programas que estavam sendo desenvolvidos para os jovens nos diferentes ministérios, o que culminou na reformulação da política nacional, e as ações foram agregadas num único programa, o Projovem Integrado (BLANCO, 2009).

Tal programa, possuindo este novo viés começou a ser efetivamente implementado em 2009, estando subdividido em três modalidades, sendo elas o Projovem Adolescente, o Projovem Urbano, o Projovem Campo e o Projovem Trabalhador, com o intuito de criar oportunidades para os jovens e promover o aumento do nível de escolaridade, a formação profissional e o desenvolvimento humano de brasileiros entre 15 e 29 anos de idade (BRASIL, 2008a)

O Projovem Adolescente constituiu-se em um programa coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), sendo um serviço ofertado no território de abrangência do CRAS e a ele referenciado. Assim, o trabalho com famílias dos jovens era de responsabilidade dos técnicos do CRAS assim como o acompanhamento de famílias em descumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família (BRASIL, 2009c).

Este programa era voltado para jovens de 15 a 17 anos, de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, bem como aqueles vinculados ou egressos de programas e serviços da proteção social especial, como o Programa de Combate à Violência e à Exploração Sexual e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, ou ainda jovens sob medidas de proteção ou socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 2009c).

Tal implementação encontrava respaldo para sua estruturação nas legislações em vigor, como é o caso, por exemplo, do ECA e da LOAS. Deste modo, a partir da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente estabeleceu-se uma nova compreensão desse segmento populacional, reconhecendo-os enquanto sujeitos de direitos, demandando para sua atenção o estabelecimento de um Sistema de Garantia de Direitos que envolva ações para prevenção, promoção e defesa destes, asseguradas tanto a família, pelo Estado, quanto pela sociedade de modo geral (BRASIL, 2009a).

Deste modo, a portaria nº 171, de maio de 2009, do MDS, que dispõe sobre o Projovem Adolescente, apresenta entre os objetivos do programa, promover a convivência social, desenvolver potencialidades e estimular aptidões e talentos, ampliar as referências culturais dos jovens, promover a saúde, ampliar nos jovens suas referências sobre valores éticos e humanos e quanto ao respeito e à valorização das diversidades, desenvolver a capacidade de discernimento diante de situações de risco, ampliar o conhecimento dos jovens sobre o território onde vivem, estimulando a participação cidadã dos jovens e o protagonismo no desenvolvimento de ações coletivas de interesse social (BRASIL, 2009d).

Em 2013, entretanto foi implementado um reordenamento nos serviços de convivência que são efetivados no âmbito do CRAS, objetivando equalizar a oferta dos serviços e estimular a inserção do público identificado como prioritário e o Projovem

Adolescente passou a integrar o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

Para fins de análise neste trabalho, foram produzidas narrativas que passeiam prioritariamente pelo universo do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) destinado aos jovens de 15 a 17 anos, o antigo Projovem Adolescente, programa no qual a técnica está inserida desde a graduação enquanto estagiária, mas contempla ainda o Programa de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – ACESSUAS/TRABALHO e o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa (MSE)

O SCFV integra-se a outras estratégias de ação voltadas para as famílias, tais como o Programa Bolsa Família – PBF e o Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família – PAIF, implementados no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, e aos programas e serviços de proteção social especial executados pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, voltados aos jovens, às famílias e à comunidade. Essa integração se dá de forma complementar e não substitutiva, de modo a proporcionar alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social decorrente das condições de pobreza e de desigualdades sociais, as quais afligem milhares de famílias nas diversas regiões do Brasil (BRASIL, 2009e).

Nesse sentido, o SCFV articula um conjunto de ações dos dois âmbitos da proteção social – básica e especial – e busca desenvolver seguranças sociais de acolhida, convívio familiar e comunitário. Destina-se a jovens de famílias em condições de extrema pobreza e àqueles marcados por vivências resultantes de diferentes circunstâncias de riscos e vulnerabilidades sociais – retirados de situações de trabalho infantil, abuso e exploração sexual, violência doméstica, abandono, negligência e maus-tratos – e alguns em situação de conflito com a lei, cumprindo medidas socioeducativas em meio aberto ou egressos de medida de internação de acordo com a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 2009a).

De forma preventiva e potencializadora do papel de referência e contrarreferência do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, o SCFV visa

contribuir para fortalecer as condições de autonomia das famílias e dos jovens, para que possam gerir seu processo de segurança social.

Ainda, visando viabilizar o protagonismo, a participação cidadã e a mediação do acesso ao mundo do trabalho, o Programa ACESSUAS/trabalho está referenciado ao CRAS e articulado ao PAIF, propõe ações e atividades de caráter educativo, informativo ou de orientação social que movimentem e circulem informações a respeito dos cursos oferecidos pelo Pronatec/Brasil Sem Miséria, das iniciativas de inclusão produtiva e demais ofertas do município, com intuito de expandir o acesso a direitos, promover a autonomia e a melhoria da qualidade de vida da população beneficiada (BRASIL, 2013).

No âmbito, ainda da proteção social, encontra-se o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), que de acordo com o disposto na Tipificação nacional de Serviços Socioassistenciais, este serviço tem por finalidade prover atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, determinadas judicialmente. Para a oferta do serviço faz-se necessária a observância da responsabilização face ao ato infracional praticado, cujos direitos e obrigações devem ser assegurados de acordo com as legislações e normativas específicas para o cumprimento da medida. Este serviço deve contribuir para o acesso a direitos e para a resignificação de valores na vida pessoal e social dos (as) adolescentes e jovens (BRASIL, 2009d).

O que se percebe é que todos estes programas apresentam como objetivo principal a participação cidadã com a oportunidade de acesso a direitos e o fortalecimento do protagonismo dos sujeitos, bem como, a convivência social, através do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Entretanto, tal discurso traz consigo sérios riscos, pois veicula a ideia de que a juventude “pobre” é a responsável pela sua própria condição de pobreza.

Além disso, tais estratégias servem a governamentalização do Estado, já que enquanto protagonistas, os jovens passam a desempenhar um papel importante para o Estado, visto que atuando em prol da melhoria das condições sociais da população, agem, dessa forma, como agentes do próprio do Estado, em defesa da sociedade.

### CAPÍTULO 3: JUVENTUDE “POBRE”: AS PRÁTICAS-DISCURSIVAS COMO TECNOLOGIA DE BIOPODER

Tendo em vista revisitar o fazer da técnica, sua prática, analisar as forças que a levaram a ser aquilo que é, a pesquisadora decidiu revisitar seu diário de viagem, no qual deteve-se a registrar tudo que experimentou no trajeto até aqui, para se tornar aquilo que não é, será preciso relê-lo, repensá-lo, reescrevê-lo.

[...] Tentar fazer dos acontecimentos cotidianos um caminho para o conhecimento (e transformação de si) pode ser uma forma de se distanciar dos diferentes grilhões institucionais que têm, por referência última, o Estado. [...] Talvez o diário (e outros dispositivos inventados ou a inventar) possa auxiliar a produzir outro tipo de intelectual; [...] o IMPLICADO (cujo projeto político inclui transformar a si e a seu lugar social, a partir de estratégias de coletivização das experiências e análises) (LOURAU, 1993).

Na tentativa de pôr em análise as afetações provocadas pelos acontecimentos cotidianos é que se produziram narrativas das experiências vividas enquanto operadora da política pública de assistência social, tais narrativas formam registros mnemônicos de experiências vividas, em momentos diversos, enquanto estagiária e técnica em psicologia na área da assistência social, em dois Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) distintos, na capital e no interior do Estado de Sergipe.

Ao conceituar o que se entende por memória, Le Goff (2003, p. 419) refere:

Fenômeno individual e psicológico, a memória liga-se também a vida social. Esta varia em função da presença ou da ausência da *escrita* e é objeto de atenção do Estado que, para conservar os traços de qualquer acontecimento do passado, produz diversos tipos de *documento/monumento*, faz escrever a história, acumular objetos. A apreensão da memória depende deste modo do ambiente social e político: trata-se da aquisição de regras de retórica e também de posse de imagens e textos que falam do passado, em suma, de um certo modo de apropriação do tempo.

Coimbra (2001) refere-se a uma “memória histórica “oficial” [...] produzida pelos diferentes equipamentos sociais no sentido de apagar os vestígios que as classes populares e os opositores vão deixando ao longo de suas experiências de resistência e luta [...]” (p. 51) e acrescenta “essa “história oficial” seleciona e ordena os fatos segundo os seus critérios e interesses construindo zonas de sombras, silêncios, esquecimentos, repressões” (p. 52).

A memória é, pois, atravessada por um certo modo de saber-poder, Rodrigues (2004, p. 28) ao referir-se a Veyne (1992) diz que “ a memória... não existe! Não obstante, ela pode ser explicada, contanto que se identifiquem as práticas que a instauram, levando a que determinados eventos, processos e atores, e não outros, sejam edificados como memoráveis”. A memória “ganha a feição de um deserto de areias moventes que, a cada ventania provocada pelos dispositivos em ação, revela paisagens distintas” (p. 30).

Dessa forma, as personagens/paisagens tidas aqui como memoráveis, foram escolhidas tendo em vista analisar práticas corriqueiras, sobretudo relações de poder e produção de saber que objetivam a juventude no campo das políticas públicas a ela destinadas. Quais os discursos que fazem funcionar tais práticas? Que práticas esse discurso possibilita?

Como refere Chauí (*apud* COIMBRA, 2001, p. 51) faz-se “necessário um trabalho de desconstrução da memória, desvendando não só o modo como o vencedor produziu a representação de sua vitória, mas sobretudo como a própria prática dos vencidos participou dessa construção”.

Nas narrativa<sup>3</sup> que se produziram, as personagens, portanto, recebem nomes de paisagens, já que não são concebidos como sujeitos/objetos, mas como parte do contexto, como redes de sociabilidades, a paisagem é a imagem resultante da síntese de todos os elementos presentes em determinado local, é a relação entre todos os componentes ali presentes que a definem, sobretudo é o olhar que direcionamos a ela, o modo de vermos, a paisagem é um espaço territorial abrangido pelo olhar (WIKIPEDIA, 2013).

Da mesma forma que uma obra de arte que não existe como individualidade, só existe na relação com cada interprete, só adquire sentido pelo interprete, é determinada em cada relação (ESCÓSSIA & KASTRUP, 2005), assim também é a paisagem, que pode, portanto, ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca, é formada não apenas por volumes, mas também por cores, movimento, odores, sons etc.

---

<sup>3</sup> As narrativas encontram-se, na íntegra, em anexo.

E é nesse movimento de desnaturalizar as paisagens tão bem conhecidas e analisar a relação entre os vetores que não cessam de se intercruzar e interpenetrar para constitui-la desse ou daquele modo, que essa trajetória segue, ansiosa para contemplar o que irá se descortinar ao olhar da pesquisadora.

Entretanto, na pesquisa, é necessário, pois, por em análise a nossa própria implicação, a qual não se resume a uma questão de vontade, de decisão consciente dos sujeitos, inclui uma análise do sistema de lugares, o assinalamento do lugar que estes ocupam, daquele que eles buscam ocupar, e do que lhes é designado ocupar enquanto especialistas, com os riscos que isso implica (BARBIER, 1985).

Tomada por essa nova forma de pensar os discursos e as práticas, tendo em vista pôr em análise o discurso veiculado nos textos oficiais acerca da assistência social e das políticas de juventude por ela contemplada e os fazeres efetivados pelos técnicos da assistência social descritos nas memórias relatadas, me pergunto que práticas tais discursos engendram?

### **3.1) (Des)caminhos da juventude no Brasil: o discurso sobre a juventude “pobre”**

Forrester (1997) ao tratar do desemprego estrutural, àqueles que compõem a massa de excluídos no mundo globalizado, refere-se que:

Entre esses despossuídos e seus contemporâneos, ergue-se uma espécie de vidraça cada vez menos transparente. E como são cada vez menos vistos, como alguns os querem ainda mais apagados, riscados, escamoteados dessa sociedade, eles são chamados de excluídos. Mas, ao contrário, eles estão lá apertados, encarcerados, incluídos até a medula! Eles são absorvidos, devorados, relegados para sempre, deportados, repudiados, banidos, submissos e decaídos, mas tão incômodos: uns chatos! (pg. 15).

A história das políticas públicas para a juventude no Brasil relaciona-se intimamente com os processos culturais e políticos que orientaram as políticas para infância. A história de tais políticas está repleta de ações direcionadas ao controle social da população “pobre” considerada potencialmente perigosa. Assim, muitas ações públicas destinadas a infância e a juventude apresentaram um caráter repressivo, higienista ou assistencialista ao longo do século XX (BLANCO, 2010).

Segundo o mesmo autor (2010), no início do século XX havia uma diferenciação entre os filhos da elite, que estudavam em escolas modernas, e os filhos de operários ou agricultores, os quais ajudam seus pais no trabalho no campo ou na indústria. No Brasil republicano, portanto, poucas mudanças foram efetivadas no que concerne ao período imperial onde predominava o trabalho escravo, uma vez que a criança e o jovem pobre era empurrado para o trabalho agrícola ou industrial, enquanto se ofereciam condições de estudo e aperfeiçoamento para as classes mais ricas.

Na década de 30 estavam em jogo os processos de higienização social, como embrião das políticas públicas, atuando sobre a produção das condições e das representações da pobreza no Brasil urbano. Coimbra (2001) relata que nesse período, a política trabalhista de Vargas fortalece a subjetividade de que apenas o trabalhador reconhecido por seu vínculo profissional tem acesso aos benefícios garantidos pelo Estado, os pobres decentes, corpos úteis ao capitalismo, corpos produtivos, os demais, aqueles que se encontravam fora do mercado de trabalho compunham as classes perigosas que deveriam ser eliminadas.

Na história das legislações e políticas para infância, o retrato mais evidente desta realidade, é a implementação do Código de Menores em 1927, visando garantir ações filantrópicas, paternalistas ou, ainda, corretivas e punitivas para as crianças e adolescentes em situação de pobreza, abandono e mendicância nas periferias urbanas (BLANCO, 2010).

Coimbra (2001) referindo-se ao movimento higienista pontua que o Código de Menores também conhecido como Código Melo Matos, data dessa época, nascido da aliança entre médicos e juristas, nele a utilização do termo “menor” não se relaciona ao menor de idade de quaisquer classes sociais, mas se refere a um determinado segmento da população, o pobre. A criminalidade é, pois, associada à miséria, a pobreza identificada com classes perigosas, corpos inúteis para o trabalho a pesar nas costas de toda a sociedade.

A autora enfatiza ainda que esta marca, aliás, se impõe na subjetividade do brasileiro e que este discurso que vai se constituindo do “menor” associado à criança “pobre” perdura até o momento presente, mesmo estando em vigor o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que trouxe como proposta a substituição da categoria “menor” por infância e juventude, criança e adolescente.

Na vigência do Código, as crianças e jovens considerados perigosos e em situação de risco eram passíveis de serem apreendidos pela polícia e pelos juizados de menores, sendo levados a delegacias ou internatos, tais crianças e adolescentes que eram contempladas em tal código, eram denominadas de crianças em situação de risco, situação irregular, perigosos, abandonados, carentes, perambulantes, ou ainda de conduta anti-social. Dessa forma, era possível que o Estado, através do juiz de menor, destituísse determinados pais do pátrio poder através da decretação da sentença de situação irregular do menor (ALTOÉ, s/d)

Segundo Blanco (2010) neste período, a infância era concebida de maneira dual, como problema social, no caso das crianças contemplados pelo Código de Menores, ou como solução, uma vez em virtude do ideal de “ordem e progresso” eram considerados o futuro da nação. Portanto, a intervenção do Estado sobre o segmento infantil era defendida por setores das elites políticas e intelectuais como uma missão saneadora, patriótica e civilizatória em prol da reforma do Brasil. O código de menores perdurou de 1927 a 1990, quando entrou em vigor, então, o Estatuto da criança e do Adolescente.

Abramo (1997), fazendo uma retomada histórica acerca da temática da juventude durante a segunda metade do século XX, nota que esta foi sempre vista como uma categoria social frente à qual se pode ou se deve tomar atitudes de contenção, intervenção ou salvação, mas com a qual é difícil estabelecer uma relação de troca, de diálogo, de intercâmbio.

Nos anos 50, por exemplo, o problema social da juventude era a inclinação geral para a transgressão e a delinquência, quase que intrínseca à condição juvenil, que tomou corpo na figura dos “rebeldes sem causa”. A juventude era concebida como um momento em si patológico, demandando cuidados e atenção concentrados de adultos para direcionar os jovens a um lugar seguro, para que esses obtivessem uma integração normal e sadia à sociedade. A juventude, então, aparece como uma categoria social potencialmente delinquente, por sua própria condição etária.

Coimbra (2001) refere que as práticas/discursos que as elites dominantes constroem das multidões e das ruas relaciona-as como sinônimo de perigo, no discurso médico as ruas se constituem em escola do mal e, portanto, o estabelecimento da ordem nas ruas passa a ser urgente para as elites, ocasionando violentas repressões. Dessa forma, as subjetividades que foram se impondo ao longo do século XX, dava ênfase ao

espaço privado, privilegiando a intimidade da família em detrimento dos espaços públicos qualificados como ameaçadores e perigosos. Surge a exaltação da casa, do lar burguês, da vida privada, lugar de refúgio contra as ameaças externas.

Há um empreendimento na concepção do sujeito como eu individual, os espaços que tratam da deficiência ou da marginalidade vão transformar-se, na época contemporânea em verdadeiras tecnologias políticas do eu. Dessa forma, é importante reconhecer que esta integração, pela via de uma racionalidade de tipo marginalista, e fundamentalmente a partir do século XIX, amplia o tipo de relação entre o social e o individual (RAMOS DO Ó, 2009).

Aos poucos, o pânico cede lugar então, a um entendimento de que a o desconforto e agitação adolescentes são normais, e tem-se a circunscrição do significado das culturas juvenis como espaços de socialização diferenciados, percebendo-se a funcionalidade desse comportamento momentaneamente desviante como parte do processo de integração à sociedade adulta. Diante disso, chega-se a conclusão de que a maior parte dos jovens, se bem conduzidos, acaba, depois de alguns entraves, integrando-se de forma sadia e normal à sociedade, o que se constitui num consolo para a sociedade (ABRAMO, 1997).

Aqui a produção do discurso se dá no sentido da normalização, não mais como negatividade, mas como positividade, percebe-se que o poder passa a ser exercido não mais como um poder que reprime, mas que normatiza. Machado (1992) ao tratar do aspecto positivo nas relações de poder propõe a seguinte reflexão:

“É preciso parar de sempre descrever os efeitos do poder em termos negativos: ele “exclui”, ele “reprime”, ele “recalca”, ele “censura”, ele “abstrai”, ele “mascara”, ele “esconde”, de fato, o poder produz; ele produz real; produz domínio de objetos e rituais de verdade”. O poder possui uma eficácia produtiva, uma riqueza estratégica, uma positividade. E é justamente esse aspecto que explica o fato de que tem como alvo o corpo humano, não para suplicá-lo, mutilá-lo, mas para aprimorá-lo, adestrá-lo (pg. 16).

Biopoder, como poder que se incumbiu tanto do corpo quanto da vida, que se incumbiu da vida em geral, com o polo do corpo e o polo da população (FOUCAULT, 1999, pg 302). Ramos do Ó (2009) ao tratar da governamentalidade e sua relação com a história da escola moderna, refere-se à normalização como um processo, espécie de meta unificadora, todavia jamais franqueada por qualquer sujeito.

Nos anos 60 e parte dos anos 70, o problema surgiu como sendo o de toda uma geração de jovens ameaçando a ordem social, nos planos político, cultural e moral, através de uma atitude de crítica à ordem estabelecida e da manifestação de atos concretos em busca de transformação. Ocorrem assim, movimentos estudantis e de oposição aos regimes autoritários, contra a tecnocracia e todas as formas de dominação, movimentos pacifistas, as proposições da contracultura, o movimento *hippie*.

É nesse momento que a questão da juventude ganha maior visibilidade, pelo engajamento de jovens de classe média, do ensino secundário e universitário, na luta contra o regime autoritário, promovendo mobilizações de entidades estudantis e integrando os partidos de esquerda, bem como pelos movimentos culturais que questionavam os padrões de comportamento. Tudo isso gerou respostas violentas de defesa dessa ordem, o que culminou na perseguição dos jovens pelos aparelhos repressivos (ABRAMO, 1997).

Contudo, segundo o mesmo autor (1997) quando tais movimentos juvenis já haviam entrado em retrocesso, houve uma reelaboração da imagem dessa juventude dos anos 60, e esta passou a ser assimilada de uma forma positiva. A imagem era de uma geração idealista, generosa, criativa, que ousou sonhar e se comprometer com a mudança social. Essa reelaboração positiva acabou, desse modo, por fixar assim um modelo de juventude ideal, transformando a rebeldia, o idealismo, a inovação e a utopia como características essenciais dessa faixa etária. A juventude apareceu como a categoria portadora da possibilidade de transformação profunda, já que para a maior parte da sociedade, portanto, representava o pânico da revolução (ABRAMO, 1997).

De acordo com Blanco (2010), nas décadas de 70 e 80, ocorreram diversos movimentos sociais que se contrapuseram a uma onda de violência e repressão direcionada às crianças e adolescentes pobres no Brasil, sobretudo àqueles mais vulneráveis. Esses movimentos, aliado a um processo de abertura democrática no país, enfatizaram o tema da infância de uma maneira mais acentuada na agenda pública. Essas mobilizações incentivaram a criação de políticas, programas, assim como a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - um marco jurídico-social que se propôs possibilitar a garantia de direitos para esses segmentos populacionais.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, lei promulgada em 1990, garantiu uma retomada do tema da infância sob um novo viés - o da cidadania e garantia de direitos. Tal lei foi inspirada na Doutrina da Proteção Integral e, portanto, reconhece a criança e o adolescente como sujeitos plenos de direitos, gozando dos direitos fundamentais e sociais, inclusive com prioridade absoluta, em decorrência da sua situação enquanto seres em desenvolvimento. A criação do ECA foi possibilitada a partir da mobilização da sociedade civil, organizado por grupos ligados às universidades, que sentiam-se perplexos frente as denúncias de maus tratos e mortes ocorridas nos internatos e da ação da polícia, o que gerou ampla discussão e culminou na criação de tal estatuto (ALTOÉ, s/d).

Entretanto, esses programas criados, com as legislações que lhes fundamentam e dão sustentação, irão se constituir em tecnologias de poder, não somente de poder sobre o corpo, mas também de poder sobre a vida. Foucault (1999) ao tratar da biopolítica refere-se a ela como uma nova técnica de poder que se dirige a vida dos homens, uma técnica de poder que não é individualizante, mas massificante.

Diferentemente da disciplina que se dirige a multiplicidade na medida em que se tornem corpos individuais que devem ser vigiados, treinados, utilizados e eventualmente punido, essa nova técnica se dirige a multiplicidade dos homens na medida em que ela forma uma massa global, afetada por processos conjuntos que são próprios da vida. Biopolítica que opera tendo em vista o aumento da governamentalidade do Estado (FOUCAULT, 1999).

(...) a governamentalidade refere-se às deliberações, às estratégias, às táticas, aos dispositivos de cálculo e de supervisão empregues pelas autoridades no sentido de *governar sempre sem governar*. Trata-se de produzir técnicas e princípios que se ligam a escolhas reguladas e executadas por actores que agem autonomamente em esferas restritas, isto é, no interior dos seus próprios compromissos com a família e a comunidade de origem. Assim entendido, o governo não é uma instância de poder mas uma complexa máquina de administração social (RAMOS DO Ó, 2009, pg 113).

Nos anos 90 o que chama a atenção é a presença de inúmeras figuras juvenis nas ruas, envolvidas em diversos tipos de ações individuais e coletivas. Todavia, a maioria dessas ações é vinculada aos traços do individualismo, da fragmentação, e ainda, à violência, ao desregramento e desvio, o que pode ser notado nas figuras dos meninos de

rua, nos arrastões, nas gangues, nas galeras e nos atos de puro vandalismo (ABRAMO, 1997).

Nesse período percebe-se o crescimento da miséria nas cidades brasileiras, com o aumento do desemprego e expansão da visibilidade da pobreza que se torna ameaçadora para elite, que como estratégia de isolamento desse “outro” ameaçador investe em mecanismos de segurança e proteção.

Forrester (1997) refere que os jovens “pobres” são mais penalizados que os outros por não ter trabalho, e questiona, se os danos que eles provocam são visíveis e o que eles sofrem? Sua existência se constitui num pesadelo sem fim, são frutos de uma sociedade organizada sem eles, que os rejeita de uma maneira mais ou menos implícita, e que tem na infelicidade social uma espécie de punição.

Naquele momento histórico os jovens passaram a ser vistos como sinônimo da impossibilidade de construção de parâmetros éticos, de igualdade, de superação das injustiças, de formulação de ideais, de diálogo democrático, de revigoração das instituições políticas, de construção de projetos que superem o pragmatismo, de transformação utópica. E como tais, eles nunca podem ser vistos, ouvidos e entendidos, como sujeitos que apresentam suas próprias questões, para além dos medos e esperanças dos outros. Permanecem, assim, na verdade, semi-invisíveis, apesar da sempre crescente visibilidade que a juventude tem alcançado na nossa sociedade, principalmente no interior dos meios de comunicação (ABRAMO, 1997).

Entretanto, a partir da inserção destes na agenda política e da criação de programas e projetos de governo voltados a este público, conforme dito anteriormente, os jovens passam a ser considerados atores sociais, protagonistas da sua própria história, contudo, tal discurso serve a responsabilização destes por sua condição de vulneráveis e ao fortalecimento do poder do Estado.

### **3.2) Da disciplinarização dos corpos a regulamentação da população**

Ao revisitar os lugares pelos quais passou e repensar sua passagem por eles, a pesquisadora percebe o quanto seu discurso e seu modo de ver as coisas, não como sujeito individual, mas como objeto dessa visibilidade e da produção desse regime de

enunciação, encontra-se atravessado pelo regime de Verdade vigente, que faz ver e dizer diferentes modalidades juvenis: juventude pobre da periferia, marginal, vagabunda, fora da Lei, anormal, que necessita de intervenção.

As personagens/paisagens nomeadas nos relatos representam essa concepção, os jovens são descritos como: *Caverna*, ambiente sombrio, do qual devemos nos afastar, representa o jovem infrator, o marginal. *Tempestade*, fenômeno que vem e passa, porém, não sem deixar marcas, representa o vagabundo, o desordeiro. *Rio*, segue seu curso natural e tranquilamente, representa aquele que se ocupa somente dos seus próprios interesses. *Geada e Neve*, sua frieza representa a apatia, a falta de autonomia e protagonismo, a anormalidade.

Além disso, a análise realizada a partir das narrativas produzidas e dos instrumentais técnicos utilizados, tendo por base o referencial teórico proposto, deu visibilidade a temáticas diversas, as quais foram divididas nas seguintes categorias: o jovem "pobre" e o direito de "merecer" viver, o discurso da inserção no mundo do emprego, o discurso da criminalização da pobreza, os programas destinados à juventude e a normalização das condutas, o discurso do "empoderamento" como tática da arte de governar, que serão discutidas abaixo.

### **O jovem “pobre” e o direito de “merecer” viver**

*(...) Dona Lagoa (uma senhora obesa, de quase sessenta anos, servidora pública há bastante tempo que estava ali apenas para cumprir o período que faltava para alcançar a tão esperada aposentadoria) com muito esforço, levantou-se da cadeira me chamou em uma das salas referindo querer apresentar-me o local, deixando Caverna (adolescente que cumpria medida sócio-educativa naquele equipamento) sozinha a assistir TV, quando prontamente informou-me, em meio a sussurros, caras e bocas:*

*- Tenha cuidado com suas coisas, não deixe sua bolsa em qualquer lugar.*

*Sem entender o motivo e assustada com sua fala e expressões, perguntei o porquê? E ela respondeu:*

- *Essa menina tá aqui porque aprontou, tava roubando, não viu não o jeito dela, você que tá chegando agora tenha cuidado.*

O que pode ser visto no trecho acima que diz respeito à primeira visita realizada pela pesquisadora ao CRAS onde iria estagiar e as impressões que tal visita suscitou?

A adolescente descrita nos relatos é nomeada por Caverna por representar a face obscura e sombria, caverna enquanto ambiente insalubre, inabitado, de aparência desagradável, aquele do qual tememos e não desejamos nos aproximar. Caverna representa um clichê, o menor infrator, o marginal, aquele que deve ser afastado, banido do convívio social, posto em equipamentos para ser vigiado, controlado.

No livro intitulado “*O horror econômico*”, Viviane Forrester (1997), se propõe a olhar criticamente o que está se passando ao nosso redor a partir do “problema dos subúrbios”. O tema central do livro é o desemprego. A autora, porém, nos alerta que o desemprego atual não é algo passageiro. É algo estrategicamente planejado.

O olhar de Forrester (1997) aponta o lucro como o espírito que dá vida e sentido ao modelo de globalização neoliberal. Em nome dele, vale sacrificar a independência, a liberdade, a democracia e as vidas humanas que são colocadas fora do mercado. Os desempregados apenas constituem uma “legião de fantasmas” que não preocupam mais. É a lógica excludente que descarta milhares de vidas, a começar pela juventude que, cada vez mais, se vê frustrada, sem oportunidades, sem saídas.

(...) milhões de pessoas, digo bem *pessoas*, colocadas entre parênteses, por tempo indefinido, talvez sem outro limite a não ser a morte, têm direito apenas à miséria ou à sua ameaça mais ou menos próxima, à perda muitas vezes de um teto, à perda de toda consideração social e até mesmo de toda autoconsideração (FORRESTER, 1997, p.10).

Ao tratar do direito de vida e de morte, Foucault refere ao poder soberano como o direito de fazer morrer ou deixar viver, nesse sentido, o soberano é aquele que exerce o poder sobre a vida, entretanto, com as transformações do direito político no século XIX, este direito de fazer morrer ou deixar viver foi completado com um direito novo, que irá penetrá-lo, perpassá-lo, modificá-lo, a saber, o poder de fazer viver ou deixar morrer (FOUCAULT, 1999).

Aquém, portanto, do grande poder absoluto, dramático, sombrio que era o poder da soberania, e que consistia em poder fazer morrer, eis que aparece agora, com essa tecnologia do biopoder, com essa tecnologia do poder sobre a "população" enquanto tal, sobre o homem enquanto ser vivo, um poder contínuo, científico, que é o poder de "fazer viver". A soberania fazia morrer e deixava viver. E eis que agora aparece um poder que eu chamaria de regulamentação e que consiste, ao contrário, em fazer viver e em deixar morrer (FOUCAULT, 1999).

Forrester (1997) refere que uma ínfima minoria de pessoas detém o direito de “merecer” viver, já as demais, “o resto da humanidade”, tem que mostrar-se útil, rentável, lucrativo a sociedade, àqueles que dominam a economia para “merecer” viver. O mérito passa, dessa forma, pelo dever de trabalhar, de ser empregado, num mundo onde o trabalho está cada vez mais escasso. Enquanto o mercado do emprego está perecendo, a sociedade baseada nele se impõe aos jovens como a única viável, respeitável e, portanto, autorizada.

### **O discurso da inserção no mundo do emprego**

*- Senhor a gente entende, mas estamos aqui pra ajudar, o que o senhor acha de inserirmos seu filho Rio nos cursos do Pronatec, ele pode fazer até três cursos diferentes, vai aprender uma profissão e ainda receberá uma bolsa pra estudar de uns R\$ 300,00, além disso, pode escolher o horário. E as meninas, podemos incluir aqui no serviço de convivência, são somente três vezes por semana no horário que elas não estão na escola. (Argumentava a equipe).*

\*\*\*

*Dentre todas as experiências vividas junto aos educandos do Projovem, lembro especialmente do primeiro dia de estágio no CRAS, que ficava localizado num bairro muito pobre da capital sergipana, um lugar bastante diferente do que comumente se vê ao transitar pela cidade, já que se trata de uma “cidade projetada” para afastar a pobreza que polui a paisagem, um bairro com alto índice de violência, mas, sobretudo, carente, carente de tudo, de infraestrutura, de serviços urbanos, de equipamentos públicos de qualidade, com esgoto a céu aberto, ruas sem pavimentação e lixo por toda parte.*

\*\*\*

*Ao chegarmos ao local, a paisagem repleta de urubus e o cheiro que o lixo exalava causou incomodo a todos e sem que descêssemos do carro realizamos uma vistoria (...)*

O discurso da inserção no mundo do emprego como forma de reconhecimento social, pode ser observado no primeiro texto, que trata da intervenção das equipes técnicas do CRAS e CREAS discutindo acerca da notificação que a Secretaria Municipal de Assistência Social recebeu do ministério do trabalho em virtude de ter sido constatado, em visita por este órgão ao lixão, a presença dos adolescentes e, ao mesmo tempo, propondo ações que poderiam (deveriam?) ser tomadas para solucionar o problema.

O que se nota é que continuamos com a rotina de impor aos milhões de desempregados a procura permanente por esse trabalho que não existe. Para os jovens o desastre é sem saída e sem limites, lhes são proibidos não só os meios legais de viver, mas qualquer razão homologada para fazê-lo, “são os excluídos por excelência”, já que moram nos lugares concebidos para serem guetos, “terras de ninguém” de “não-homens” (FORRESTER, 1997), o que é retratada no segundo texto acima.

Os limites são colocados a estes jovens antes mesmo de nascerem, são excluídos, rejeitados, sem ao menos serem responsáveis por se colocarem nessa situação, não foram eles que se colocaram nela, que a criaram, que a escolheram.

São os pobres que, de imediato, são indesejáveis, de imediato colocados onde só há ausência, confisco: naquelas paisagens tão próximas e tão incompatíveis em que se transformaram, em que deixamos que se transformassem, aqueles subúrbios onde ficamos livres de uma parte dos que não nos servem mais, colocados assim de lado, estabelecidos naquelas obras-primas de anulação latente (FORRESTER, 1997).

A paisagem do lixão retrata isso, lugar daquilo que não nos serve e que por isso deve ser posto de lado:

Mas será que só o lixo incomoda? A pobreza não incomoda? “São os pobres, como sempre e desde sempre, que são excluídos. Em massa. Os pobres e a pobreza (FORRESTER, pg. 59)”.

Coimbra (2001) destaca que a classe média nos anos 90 caracterizava a pobreza como lixo, sendo necessária a intervenção policial, como garis a limpar a sujeira, estabelece-se, então, segundo ela, a relação entre vadiagem/ ociosidade/ indolência e pobreza e entre pobreza e periculosidade/ violência/ criminalidade (pg. 105).

### **O discurso da criminalização da pobreza**

*E além dessa jovem, muitos outros sofreram com o mal da desconfiança, passavam o dia inteiro sentados numa cadeira, na recepção do prédio, sem que nada fosse solicitado que eles fizessem, não eram incluídos no serviço, pareciam estranhos àquele lugar ou mesmo indesejáveis, sofreram com os olhares enviesados nos cumprimentos trocados sem olhar no olho, as bolsas trancadas a sete chaves nos armários das salas as quais eles sequer tinham acesso, com a repulsa e a vontade que eles não estivessem mais ali (trata-se dos adolescentes que estavam em cumprimento de medida socioeducativa de Prestação de Serviço a Comunidade (PSC) no CRAS) (...).*

\*\*\*

*Essa situação, lembro, me assustou bastante:*

*- Meu Deus, onde fui parar? O que ainda encontrarei aqui?*

*Percebi que seria difícil, pois jamais havia frequentado a periferia da cidade, tinha medo dos perigos que corria junto àquela comunidade marginalizada, entretanto necessitava manter-me ali, tinha que passar pelo estágio, além disso, precisava do dinheiro.*

Foucault (1999) se refere ao racismo como um meio de se introduzir no domínio da vida de que o poder se incumbiu, um corte entre o que deve viver e o que deve morrer. Com a emergência do biopoder o racismo foi inserido nos mecanismos de Estado, tendo como função fragmentar. O aparecimento, a distinção, a hierarquia, a

qualificação de certas raças como boas e em contrapartida de outras como inferiores, irá estabelecer cesura no campo de domínio do biológico a que se dirige o biopoder. Além disso, o racismo faz funcionar uma relação do tipo guerreira, na qual a morte do outro é considerada a morte da raça ruim, deixando a vida em geral mais sadia. O racismo é a condição de aceitabilidade de tirar a vida numa sociedade de normalização, por tirar a vida se entende não só o assassínio direto, mas o que se pode considerar assassínio indireto, a saber: “o fato de expor a morte, de multiplicar para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição, etc. (pg. 306)”.

Quando vocês têm uma sociedade de normalização, quando vocês têm um poder que é, ao menos em toda a sua superfície e em primeira instância, em primeira linha, um biopoder, pois bem, o racismo é indispensável como condição para poder tirar a vida de alguém, para poder tirar a vida dos outros. A função assassina do Estado só pode ser assegurada, desde que o Estado funcione no modo do biopoder, pelo racismo (FOUCAULT, 1999, pg. 306).

Ao tratar das teorias racistas, baseadas em ideais eugênicos e no darwinismo social, que tiveram seu apogeu na segunda metade do século XIX, na Europa, Coimbra (2001) refere que tais teorias tiveram muitos adeptos no Brasil, à época, a ideia é que toda a população pobre que não estivesse inserida no mercado de trabalho, que não se constituíssem em corpos dóceis e úteis à produção capitalista deveria ser exterminada.

O movimento higienista penetra em toda a sociedade brasileira, redefinindo os papéis que devem desempenhar a família, a criança, o jovem, a cidade, as classes pobres, tendo em vista o regime capitalista. Trazendo consigo a proposta de promover um saneamento moral, onde a “degradação moral” associada à pobreza é vista como uma epidemia cujo contágio é inevitável, pois estando presente nas famílias pobres ameaça toda a sociedade (COIMBRA, 2001).

O que se nota é que, no Brasil, ao longo do tempo, a família em situação de pobreza foi sendo qualificada como perigosa, desestruturada, incompetente, fracassada, delinquente, dentre outros atributos de inferioridade; concebendo, por fim, os pobres como necessitados de intervenções especialistas que venham regular e tutelar suas vidas. “Vai sendo ordenado, então, o modelo de família nuclear burguesa; esta passa a ficar sob a tutela dos médicos - detentores da ciência, aqueles que indicam e orientam como todos devem comportar-se, morar, comer, dormir, trabalhar, viver e morrer”. A

tutela se dá especialmente em relação aos pobres que devem ser transformados em corpos produtivos, tendo em vista evitar a formação de "espíritos descontentes, desajustados e rebeldes" (COIMBRA, 2001, p. 90).

Os jovens, especialmente, sempre foram alvo dessas intervenções, já que a história das políticas públicas para a juventude no Brasil relaciona-se intimamente com os processos culturais e políticos que orientaram as políticas para infância. A história de tais políticas está repleta de ações direcionadas ao controle social da população pobre considerada potencialmente perigosa.

Assim, muitas ações públicas destinadas a infância e a juventude apresentaram um caráter repressivo, higienista ou assistencialista ao longo da história, o que contribuiu para autenticar a existência dual da criança e do "menor", do jovem cidadão e do "não-cidadão", do que deve pertencer e do que deve ser varrido, ajustado ou eliminado da sociedade (BLANCO, 2010).

Abramo (1997), fazendo uma retomada histórica acerca da temática da juventude durante a segunda metade do século XX, nota que esta foi sempre vista como uma categoria social frente à qual se pode ou se deve tomar atitudes de contenção, intervenção ou salvação, mas com a qual é difícil estabelecer uma relação de troca, de diálogo, de intercâmbio, pois havia uma associação da juventude com a inclinação para a transgressão e a delinquência, quase que intrínseca à condição juvenil.

E, atualmente, podemos notar diferenças? O que mudou? Qual o discurso atual?

Enzensberger (apud COIMBRA, 2001) ao tratar da desumanização dos delinquentes refere que "O criminoso é uma besta selvagem que se está autorizado a abater" (p. 62), ao passo em que Coimbra (2001) acrescenta "somos levados a desprezar, estigmatizar, discriminar os pobres, como se essas pessoas "não fossem gente". [...] Todos aqueles considerados estranhos, diferentes [...] vivem cruelmente e são reconhecidos e tratados também de forma cruel (p. 62-63)".

Ao deparar-se com aquela adolescente (a qual foi nomeada por Caverna) que lhe causou tanta estranheza e se vendo inserida num ambiente nunca antes frequentado, a pesquisadora/técnica se percebe reforçando o discurso hegemônico do pobre marginal, o que pode ser observado nos fragmentos do segundo relato acima descrito:

Coimbra (2001) ao referir-se a mídia enquanto produtora de subjetividade sinaliza que esta “produz um raciocínio linear, de causa e efeito, de que onde se encontra a pobreza está a marginalidade, a criminalidade [...]” (p. 58). Nesse sentido, o jovem deve ser reeducado para que sua inserção na sociedade se dê dentro da esperada normalidade, deve cumprir a norma, seja através medida sócio-educativa ou integrando programas sociais.

### **Os programas destinados à juventude e a normalização das condutas**

*Então, falei para eles tudo que sentia, sem me preocupar no momento se convinha ou não, falei para não explodir, falei para pôr para fora o que sentia:*

*- Não consigo entender como alguém pode se deslocar de sua casa até aqui, sabendo que existem atividades a serem desenvolvidas, e se recusar a cumprir.*

*- O que, então, vocês vêm fazer aqui? Se não gostam porque não ficam em casa ou vão fazer outra coisa por aí?!*

*Não entendia como eles não viam a oportunidade que lhes era dada de crescer enquanto ser humano, de vislumbrar um futuro melhor para suas vidas.*

O comportamento de irritar-se com os adolescentes porque não cumpriam o que lhes foi designado, por que não agiam conforme o esperado, da forma que a técnica ela mesma agiria, demonstra o quanto a normalização das condutas se faz presente em seus gestos, em seu corpo, ao ponto em que a perda do controle, o descontrole, causou nela fortes reações emocionais, diria que viscerais.

Ao falar da sociedade de normalização, Foucault (1999) refere que é uma sociedade em que se cruzam a norma da disciplina e a norma da regulamentação. Mediante o jogo duplo das tecnologias de disciplina e das tecnologias de regulamentação, é que o poder, no século XIX, incumbiu-se da vida, conseguindo cobrir a superfície que se estende do orgânico ao biológico, do corpo a população.

De uma forma mais geral ainda, pode-se dizer que o elemento que vai circular entre o disciplinar e o regulamentador, que vai se aplicar, da mesma forma, ao corpo e à população, que permite a um só tempo controlar a ordem

disciplinar do corpo e os acontecimentos aleatórios de uma multiplicidade biológica, esse elemento que circula entre um e outro é a "norma". A norma é o que pode tanto se aplicar a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar (FOUCAULT, 1999, pg. 302).

Disciplinar os corpos através de procedimentos que assegurem a distribuição espacial dos corpos individuais e a organização em torno desses corpos de um campo de visibilidade. Aquilo que Foucault (1999) chamou de tecnologia disciplinar do trabalho, pode ser observada claramente nos programas destinados a juventude dos quais esta produção trata, nos chamados “coletivos” que constituem o Projovem Adolescente, por exemplo, os jovens eram divididos em salas, seja por faixa etária, seja por atividade a participar e, geralmente, eram dispostos em semicírculo, voltados a um educador, já que o discurso difundido é de rompimento do modelo de educação formal, onde não há relação professor-aluno, mas educador-educando, e dessa maneira passavam horas do seu dia. Tal organização espacial dos corpos possibilitava que fossem controlados e vigiados.

Ao tratar dos programas destinados a juventude, que se apresentam como potencializadores do protagonismo juvenil e facilitadores do acesso aos direitos que lhes são relegados, Sposito e Corrochano (2005) sinalizam que esses programas podem trazer embutidas novas formas de dominação, obscurecidas pelo discurso da inserção social e da cidadania, com elementos que dizem respeito ao “protagonismo” juvenil e à mobilização dos jovens, mas que permanecem no campo do discurso que dissimula a inexistência de práticas inovadoras. Dessa forma, o conceito de “protagonismo juvenil” pode trazer, veladas, estratégias de controle sobre os jovens, disfarçadas em ações de participação e de empoderamento.

Embora nesses dispositivos, o discurso seja da participação cidadã que possibilite a promoção de autonomia, o que ocorre é a reprodução de práticas de controle, a criação de políticas públicas destinados a juventude possibilita o controle daqueles historicamente considerados marginais, os denominados “rebeldes sem causa”, para que passem a obedecer a determinadas normas.

Foucault fala de uma forma de poder que denominou panoptismo, o poder exercido através da vigilância permanente sobre os indivíduos por alguém que exerce sobre eles um poder e que, enquanto exerce este poder, tem a possibilidade tanto de vigiar quanto de constituir, sobre aqueles que vigia, a respeito deles, um saber, que tem

por característica determinar se o indivíduo se conduz ou não como se deve, conforme a regra. Saber que se organiza em torno da norma, do que é normal ou não (FOUCAULT, 2003).

Ele deteve-se, através de suas obras, a focalizar a categorização das pessoas em normal e anormal e enfatizou diferentes formas de anormalidade, entre elas, a loucura, a criminalidade e a doença. As relações entre poder e saber, bem como as ciências humanas, definiram as diferenças entre normal e anormal e utilizaram desta definição para regular o comportamento das pessoas (EIZIRIK, 2006). Através dos tempos, nossa sociedade encarcerou, excluiu e escondeu pessoas “anormais”, enquanto mais do que nunca as observava, examinava e questionava cuidadosamente.

Então, o que está por trás dessa chamada “política da proteção integral”? Apesar de os mecanismos serem outros, a vigilância não se exerce de outras formas, a partir da inclusão e não da exclusão? Na obra intitulada “A verdade e as formas Jurídicas”, Foucault compara as estruturas institucionais de nossa sociedade, apontando que são muito parecidas entre si: fábricas, prisões, hospital psiquiátrico, convento, quartel.

Todas essas formas, segundo o autor, visam controle moral e social, elas têm por finalidade não excluir, mas, ao contrário, fixar os indivíduos, ligando-os a um processo de produção, formação ou correção, em função de uma determinada norma. Nesse contexto, Foucault usa o termo “sequestro”, em contraposição à reclusão do século XVIII. As instituições de reclusão visavam excluir os marginais sociais; as de sequestro visam a inclusão e normalização à sociedade, ocupando-se de controlar totalmente o tempo das pessoas para que se torne tempo de trabalho. Uma segunda função dessas instituições é controlar simplesmente seus corpos, para que todo o sujeito se torne força de trabalho (FOUCAUL, 2003).

Embora a adolescente descrita por Caverna não estivesse encarcerada (até que ponto, não sei?), já que o discurso jurídico atual é o da proteção integral, na qual as medidas socioeducativas, apesar de configurarem resposta à prática de um delito, possuem caráter predominantemente educativo e não punitivo, a Lei determinava que no cumprimento da medida de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) ela se fizesse presente àquele equipamento por determinado tempo para que fosse incluída nos serviços ali disponíveis e realizasse algumas tarefas/serviços não lucrativos.

Ou seja, com a justificativa de que tal inclusão possibilitaria o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, com retorno ao convívio da comunidade, a redução da reincidência da prática do ato infracional e do ciclo da violência, o que ocorria era a ocupação do seu tempo, possibilitando a efetivação de práticas de vigilância e controle.

Então, os demais adolescentes, aqueles que não estavam em cumprimento de medida socioeducativa, mas, participavam do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) estariam fora dos mecanismos de controle e vigilância? Fora dos aparelhos de normalização? Ou também representavam indivíduos a corrigir? Seriam criminosos em potencial e deveriam ser adestrados, educados para viver em sociedade?

Ao tratar dos anormais, Foucault refere-se ao indivíduo a ser corrigido, como característico dos séculos XVII e XVIII e habitando a família e suas relações com instituições vizinhas, sua existência é um fenômeno normal, porém, ele é espontaneamente incorrigível, o que demanda a criação de tecnologias para a reeducação, como forma de sobrecorreção que lhe permita a vida em sociedade (FOUCAULT, 2001).

Coimbra (2001), referindo ainda ao movimento higienista, aponta que os pobres eram categorizados em duas ordens de pobreza, aqueles considerados pobres “dignos” e outros pobres “viciosos”. Aos primeiros, aqueles que trabalham, que mantêm a família unida e que observam os costumes religiosos, que mantêm seus filhos afastados dos ambientes viciosos das ruas, são consolidados valores morais. Enquanto aos pobres viciosos, aqueles que não pertencem ao mundo do trabalho, são considerados portadores de delinquência, libertinos, maus pais e vadios e devem ser erradicados por representarem um perigo a sociedade. Entretanto, “para as duas ordens de pobreza serão utilizados dispositivos disciplinadores e moralizantes” (pg. 91).

Esta vigilância, aliás, existe ao nível mais simples e no funcionamento cotidiano de instituições que enquadram a vida e os corpos dos indivíduos, ao nível da existência individual (FOUCAULT, 2003). A vigilância sobre os adolescentes no espaço do CRAS se exerce não apenas no trancar os objetos pessoais no armário, no observar o celular enquanto carrega a bateria, ou mesmo no manter-se afastado, mas em atitudes as mais corriqueiras, como pôde ser visto no trecho da narrativa acima exposto.

Forrester (1997) sinaliza que a sociedade ao se deparar com a indiferença do jovem desperta sempre assustada, escandalizada: eles não se integram, não aceitam tudo com a gratidão que se espera. Quando reagem são também criticados, os jovens estão em posição de fraqueza absoluta, obrigados à aceitação total, ou ao menos ao consentimento, são pressionados num sistema poderoso onde não há lugar para eles.

Desses repudiados, desses abandonados a própria sorte e lançados num vazio social, esperam-se, entretanto, comportamentos de bons cidadãos destinados a uma vida cívica, toda de deveres e de direitos, já bastante restritos, são simplesmente ridicularizados. Que tristeza, que decepção vê-los infringir os códigos de civilidade, as regras de convivência daqueles que o marginalizam, os desrespeitam, os empurram, os desprezam! (FORRESTER, 1997, pg. 63)

Para Fonseca (*apud* PINHEIRO, 2009) a norma é vista enquanto tecnologia de produção de subjetividade, atuando sobre a vida, sobre a população, bem como sobre os modos de fazer modificar atitudes e maneiras de fazer e de viver, sendo, portanto, da ordem dos efeitos de objetivação, indivíduos constituídos como corpos dóceis, e de subjetivação, indivíduos constituídos como sujeitos.

No que tange as políticas de juventude, é preciso reconhecer que elas são normativas, prescrevem ou enfatizam normas, significados ou conteúdos simbólicos que incidem sobre expectativas de disseminação de condutas juvenis consideradas adequadas para um determinado tempo e espaço. Assim, o que se percebe é que a participação social tão difundida, não pode ser observada, pois as determinações são verticais, são prescrições daquilo que deve ser feito ou pensado.

### **O discurso do “empoderamento” como tática da arte de governar**

*Estavam discutindo acerca da notificação que a secretaria recebeu do ministério do trabalho em virtude de ter sido constatado, em visita por este órgão ao lixão, a presença dos adolescentes e, ao mesmo tempo, propondo ações que poderiam (deveriam?) ser tomadas para solucionar o problema.*

(...)

*Ao mesmo tempo Rio abanava a cabeça em sinal de negação e dizia: - não quero não. Mas parecia não ser ouvido, às pessoas ali só importava convencer o pai.*

Ao contatarmos a família tendo em vista sanar a problemática que nos foi apresentada, sem levar em conta a violência empregada para tal, o que se percebe é que pouco importava o que a mesma achava disso.

Que problema? Problema para quem? Problema de quem? Os ideais de protagonismo, autonomia, empoderamento, trazem com eles a responsabilização dos jovens por aquilo que lhes ocorre, responsabilidade de ser o ator principal na transformação de sua condição social, responsabilização por coisas que se encontram para além das responsabilidades individuais, inclusive por sua própria condição de pobreza. Sposito e Corrochano (2005) referem que as ações de protagonismo juvenil, na atualidade, oscilam entre o foco sobre uma participação despolitizada dos jovens e a construção de um ativismo social conformista.

Nessa perspectiva, se é preciso empoderar os jovens, então se parte do princípio que eles não têm poder de decisão sobre o enfrentamento dos seus próprios problemas. Ao passo que significa movimento de emancipação, por outro lado, o empoderamento significa o reconhecimento de uma injustiça social.

A maior parte dos programas e projetos destinados aos jovens tem como objetivo prestar atendimento àqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social ou de risco, termo muito empregado para designar crianças e jovens que vivem fora das unidades familiares, aqueles submetidos à exploração sexual, ou aqueles envolvidos com o consumo ou o tráfico de drogas, em atos de delinquência etc (ABRAMO, 1997).

Tais programas e as legislações nas quais se fundamentam, reforçam a característica da assistência social como política para pobres, para aqueles que se encontram a margem da sociedade. Entretanto, eles se constituem em tecnologia de poder sobre a vida, sobre a população, em regulamentação. Ao tratar da tecnologia regulamentadora da vida, Foucault (1999) refere-se a ela como uma tecnologia centrada não mais no corpo, mas na vida:

(...) uma tecnologia que agrupa os efeitos de massas próprios de uma população, que procura controlar a série de eventos fortuitos que podem ocorrer numa massa viva; uma tecnologia que procura controlar (eventualmente modificar) a probabilidade desses eventos, em todo caso em compensar seus efeitos. Uma tecnologia previdenciária ou regulamentadora;

uma tecnologia que é mesmo, tecnologia do corpo, de uma tecnologia em que os corpos são recolocados nos processos biológicos de conjunto (pg. 297).

Diante disso, ao por em análise as práticas efetivadas pelos operadores de políticas públicas, o que se percebe é que tais práticas possibilitam um fortalecimento do Estado a partir da arte de governar a população.

A arte de governar, tal como aparece em toda esta literatura, deve responder essencialmente à seguinte questão: como introduzir a economia – isto é, a maneira de gerir corretamente os indivíduos, os bens, as riquezas no interior da família – ao nível da gestão de um Estado? A introdução da economia no exercício político será o papel essencial do governo. Governar um Estado significará, portanto, estabelecer a economia ao nível geral do Estado, isto é, ter em relação aos habitantes, às riquezas, aos comportamentos individuais e coletivos, uma forma de vigilância, de controle tão atenta quanto a do pai de família (FOUCAULT, 1979, pg. 281).

Governam-se coisas. Estas coisas, de que o governo deve se encarregar, são os homens, em suas relações com coisas que são as riquezas, os recursos, os meios de subsistência, o território em suas fronteiras, com suas qualidades, clima, seca, fertilidade, etc.; os homens em suas relações com outras coisas que são os costumes, os hábitos, as formas de agir ou de pensar, etc.; finalmente, os homens em suas relações com outras coisas ainda que podem ser os acidentes ou as desgraças como a fome, a epidemia, a morte, etc. E esta linha descendente, que faz repercutir na conduta dos indivíduos e na gestão da família o bom governo do Estado, que nesta época se começa a chamar de polícia (FOUCAULT, 1979).

Dentro desse contexto, a matricialidade sociofamiliar, a família com matriz, como centro das intervenções, difundida pelos programas da política de assistência social, operando o discurso da convivência social como fundamental para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários se constitui enquanto tática da arte de governar, e os operadores de tais políticas atuam enquanto polícia das famílias.

### **3.3) As práticas psi operando em favor da governamentalidade**

Revisitando o lugar de técnica ocupado durante tanto tempo, a pesquisadora nota que acreditando militar a favor de uma política, entendendo que o papel do Estado era dar resposta aos anseios sociais, não percebia está empregando técnicas de polícia.

Ao tratar dos fazeres dos operadores da política de assistência social, ocupando funções diversas nos seus variados equipamentos, o que se nota é que o profissional “militante”, orgulhoso do seu trabalho, na verdade age como polícia das famílias, é a isto que as categorias propostas abaixo fazem referência: profissionais operacionalizando técnicas de polícia, a judicialização da vida e as práticas em favor da governamentalidade.

### **Profissionais operacionalizando técnicas de polícia**

Ao tratar dos objetos de que a polícia pretende se ocupar, Foucault (2008) refere-se que ela se ocupa do número de homens e de que eles possam viver, ou seja, a polícia vai se ocupar das necessidades básicas dos cidadãos, além disso, se ocupa da saúde destes, para que eles possam trabalhar, exercer suas atividades, ocupar-se, tendo em vista que não fiquem ociosos. “Pôr para trabalhar todos os que podem trabalhar é a política voltada para os pobres válidos. Prover unicamente as necessidades dos pobres inválidos” (pg. 436).

Os agentes que operam a política da assistência, fazendo funcionar seus programas e projetos, através do discurso que os produziram, como pobres válidos destinados a prover as necessidades dos pobres inválidos, exercem sua prática acreditando-se militante de uma tal “política”. Entretanto, se olharmos bem, de que militância se trata? Mendonça Filho (2012) menciona que “militância agora se refere à ocupação de um cargo ou função remunerada na estrutura de governo ao nível federal, estadual ou municipal” (pg. 117). O que há de político em tal estratégia?

O que se operacionaliza são técnicas de polícia já que tendo em vista a felicidade dos cidadãos, tais práticas remetem ao fortalecimento do Estado. “A polícia é o conjunto das intervenções e dos meios que garantem que viver, melhor que viver, coexistir, seja efetivamente útil a constituição, ao aumento das forças do Estado” (FOUCAULT, 2008, pg. 438). Trata-se de um modo de produção de subjetividade que amplia a função policial-repressiva do Estado, que encarcera e deixa morrer todas as expressões de vida consideradas improdutivas e impróprias (MONTEIRO, COIMBRA, MENDONÇA FILHO, 2006).

Foucault (2008), entretanto, chama a atenção para a distinção entre o poder de polícia e o poder judiciário, enfatizando “polícia não é justiça”, a polícia não é um instrumento nas mãos do poder judiciário, não é o rei agindo através dos aparelhos de justiça, mas é a governamentalidade direta do soberano como soberano.

Digamos ainda que a polícia é o golpe de Estado permanente. É o golpe de Estado permanente que vai se exercer, que vai agir em nome e em função dos princípios da sua racionalidade própria, sem ter de se moldar ou se modelar pelas regras de justiça que foram dadas por outro lado (FOUCAULT, 2008, pg. 457).

Entretanto, como golpe de Estado permanente, a polícia mesmo diferente da instituição judiciária, não intervém com instrumentos e modos de ação diferentes dos da justiça, já que tem como instrumentos o regulamento, o decreto, a proibição, a instrução, trata-se do mundo do regulamento, da disciplina.

### **Judicialização da vida**

*- A senhora sabe que seu filho está em idade escolar e não pode trabalhar não é?*

*- Mas eu não sei o que fazer com ele, ele não gosta de estudar. Quando eu falo com ele, ele diz: estudar pra que?!*

*Seguimos falando das penalidades e dos prejuízos que tal prática pode suscitar, ao passo em que solicitamos que conversasse com ele para que pudesse retornar ao programa, que muito tinha a lhe oferecer:*

*- Converse com ele para tentar convencê-lo a voltar e para frequentar a escola direitinho.*

Ao dirigir-se à mãe solicitando que convencesse seu filho a retornar ao programa social a técnica opera contribuindo para a judicialização da vida. Judicialização entendida como “uma enxurrada de leis que aumentam o controle que os governos têm sobre as pessoas, sustentado pela justificativa de aumento de segurança e garantia de governamentalidade” (MENDONÇA FILHO, 2012).

O Estado com ordenação jurídica tem como característica o processo de padronização para a formação do consenso. Mendonça Filho (2012) sinaliza que “a dificuldade de colocar esse excesso de uso da lei como instrumento de regulação da vida social e das nossas relações é que tais leis se apresentam como se estivessem realizando um desejo das pessoas”.

A pesquisadora se dá conta de que sempre entendeu as regras como sendo naturais, vividas por ela como estando lá desde sempre, como se existissem para serem seguidas por todos, sempre se dedicou a seguir a norma e tinha como objetivo, mesmo não percebendo, normatizar as pessoas, os jovens, as famílias com os quais lidava em sua rotina diária, indicando para elas a “melhor” forma de realizar as coisas, de comportar-se, de viver.

Não se percebia atuando em favor da governamentalidade com todos os recursos disciplinares, O poder disciplinar, como cita Machado (1992), “é o diagrama de um poder que não atua do exterior, mas trabalha o corpo dos homens, manipula seus elementos, produz seu comportamento, enfim, fabrica o tipo de homem necessário ao funcionamento e manutenção da sociedade industrial, capitalista” (pg. 16).

Forrester (1992) refere que insistimos em manter aquilo que se tornou um mito, o mito do trabalho/emprego ligado a todas as engrenagens públicas de nossa sociedade, mito, pois se trata de um trabalho que já não existe mais. Ao passo em que Monteiro, Coimbra e Mendonça Filho (2006) acrescentam, ter ou não ter um emprego, estar ou não vinculado a um trabalho é um indicador do estatuto de humano na sociedade capitalista para a qual aquele que não consegue um emprego é considerado supérfluo.

Machado (1992) ao tratar da genealogia em Foucault refere-se ao poder como produtor de individualidade, já que o indivíduo (o sujeito) é uma produção do poder e do saber, o esquadramento disciplinar faz nascer o indivíduo como alvo do poder, o homem é, pois, produção do poder e objeto do saber, e sinaliza, ainda, que é daí que nascem as ciências humanas, assim, todo saber tem em sua gênese relações de poder e em contrapartida todo saber assegura o exercício de um poder, conclui que é por isso que vivemos cada vez mais sob o domínio do perito.

Em certos momentos, a pesquisadora, enquanto técnica perita em psicologia, questionou muitas das suas intervenções e perguntava com que direito se executava tais práticas? É justo que um adolescente deixe de fazer atividades que lhe dá prazer ou outra espécie de gratificação para participar de um programa que não lhe interessa? E ainda, quais os limites da Lei? Ela é capaz de ditar o que melhor para cada um? Mesmo trabalhando em ambiente insalubre, exposto a várias doenças, o que aquilo representava para aquela família? Para aqueles adolescentes? Por que deveria fazer um curso ou ingressar num Programa? De que garantia de direitos se fala? Direito a que? Será que o que se faz não é fortalecer um mecanismo de judicialização da vida? De controle dos corpos? Se pergunta hoje, o que está por trás desse discurso que repetimos incansavelmente?

Entretanto, o novo quadro interpretativo que Foucault procura fornecer situa-se bem para além das lógicas de dominação, que nos habituaram a compreender o poder através da dinâmica concentração/rarefação e a inscrever todas as posições sociais num espaço percebido pela regra centro/periferia. Ele nos mostra como historicamente inclusive o poder político se vai exercendo cada vez mais através de alianças delicadas, a questão passa a ser não mais a da coerção e dos constrangimentos exercidos sobre a massa dos governados. O poder, então, liga-se antes aos modos como, numa dinâmica onde a autonomia e liberdade estão cada vez mais presentes, se produzem cidadãos. Estes não são somente destinatários, mas passam a ser intervenientes nas operações de poder e de construção da verdade (RAMOS DO Ó, 2009).

### **As práticas em favor da governamentalidade**

*Geada e Neve permaneceram caladas durante toda a conversa e dirigindo-se a elas, perguntei:*

*- E vocês meninas o que acham disso?*

\*\*\*

*- Senhor, não é assim, a gente não tá aqui pra punir ninguém, nós não somos da justiça, a gente tá aqui pra ajudar, pra negociar com o senhor o que é melhor pra sua família.*

*- Podemos fazer assim, incluir as meninas no Serviço de Convivência e ele no Pronatec? Insistia a coordenadora do PETI.*

Vemos nos discursos que fomentam as políticas públicas a ênfase na autonomia e na liberdade dos sujeitos, além disso, os discursos que subjetivam os profissionais técnicos que operam essa política apontam para a mesma direção. Ao indagar as adolescentes acerca de suas opiniões, a pesquisadora se pega enquanto treinada psicóloga cumprindo seu papel de interessar-se pelo sujeito:

Os manuais técnicos que referenciam o trabalho do psicólogo no CRAS referem-se a este equipamento social como um espaço que objetiva o desenvolvimento local, procurando potencializar o território de modo geral. Dessa forma, o foco de atuação do mesmo é a prevenção e a promoção de vida, e por esse motivo o trabalho nele realizado deve priorizar as potencialidades, voltando sua atuação para a valorização dos aspectos saudáveis presentes nos sujeitos, nas famílias e na comunidade (BRASIL, 2008b).

Enfatizam que é necessário que os trabalhadores que exercem suas funções no campo da assistência social, visando alterar o lugar dos sujeitos nas políticas de assistência, possibilitem a estes potencializar sua capacidade de transformação e a construção de novos significados. É fundamental que o sujeito contemple-se em um lugar de poder, de construtor do seu próprio direito e da satisfação de suas necessidades, para que possa romper com os processos de exclusão e ampliar sua compreensão acerca da produção de vulnerabilidade (BRASIL, 2008b).

Nesse discurso humanitário, o respeito à liberdade é fundamental. Foucault (2008) fala da liberdade como elemento indispensável à governamentalidade, condicionando o bom governo ao respeito às formas de liberdade, não respeitar a liberdade além de indicar não saber governar como se deve, consiste em exercer abusos de direito em relação à lei, dessa forma, a liberdade tornou-se um imperativo no campo da prática governamental.

Forrester (1997), entretanto, refere que embora essas práticas tenham um ar de inocência e sejam marcadas por um humanitarismo, são assinalados por fronteiras legais como barreiras de defesa que levam da exploração a exclusão e quem sabe, diz ela, a eliminação daqueles inúteis ao lucro, acrescenta, ainda, que temendo ter que juntar-se ao bando dos “miseráveis”, os providos de salário, de emprego, não protestarão contra

aqueles que detêm o poder econômico temendo perder conquistas tão raras, é nessa pequena camada populacional que se inserem os técnicos que operam as políticas públicas.

Partindo do pressuposto que a assistência social é uma instituição que reproduz práticas cristalizadas, que se materializa através do CRAS, ou seja, o CRAS tido como um dos estabelecimentos que põem em prática o que a instituição assistência social dita como regra, os técnicos que nela operam se constituem em agentes, os agentes são os protagonistas deste processo institucional, são os seres humanos que colocam as normas em prática, ou seja, operam as práticas.

Foucault (2008) refere que no campo dessa nova governamentalidade vai aparecer todo um domínio de intervenções, mas não terão a forma de intervenção regulamentar, pois terá como objetivo, não mais impedir as coisas, mas fazer com que as regulações necessárias atuem, devem enquadrar os fenômenos naturais de modo que eles não se desviem, vai ser preciso manipular, vai ser preciso suscitar, vai ser preciso facilitar, vai ser preciso deixar fazer, vai ser preciso gerir e não mais regulamentar.

Ao se reportar a nova governamentalidade em suas modificações contemporâneas, Foucault refere que a nova governamentalidade “terá de se referir a um domínio de naturalidade que é a economia. Terá de administrar populações. Terá também de organizar um sistema jurídico de respeito as liberdades. Terá enfim de se dotar de um instrumento de intervenção direto, mas negativo, que vai ser a polícia” (Foucault, 2008, pg. 476). Os técnicos, operadores de políticas públicas, como polícia das famílias efetuam sua prática no sentido da eliminação da desordem, o que pode ser visto na segunda parte das narrativas expostas acima.

Nesse contexto, a instituição da polícia no sentido moderno do termo será o instrumento pelo qual se impedirá que desordens se produzam, a eliminação da desordem será função da polícia (FOUCAULT, 2008), os psicólogos, atuando na política de Assistência Social e os instrumentais que regulam e normalizam tais práticas, contribuem para reforçar o discurso hegemônico da família “pobre” necessitada de intervenção do Estado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso de análise ao qual esta pesquisa se propôs, consistiu em revisitar as práticas dos agentes operadores da política de assistência social, bem como, os discursos que a constituem e fundamentam, o que se percebe é que embora nesses dispositivos, o discurso seja de protagonismo e promoção de autonomia dos sujeitos a quem se destina, o que ocorre é a reprodução de práticas de controle daqueles historicamente considerados marginais.

Tais discursos revelam a reprodução de práticas destinadas àqueles considerados “vulneráveis”, reforçando o discurso de que o poder se encontra nas mãos daqueles que “dominam” em detrimento dos “dominados”. Nesse sentido, a assistência social enquanto política pública passa a ser entendida como um mecanismo de governamentalização do Estado, o qual se interessa pelo sujeito de direito, constituindo saberes a respeito deste e efetuando práticas.

Tal política, apresentando um viés de rompimento com práticas assistencialistas, tendo em vista assegurar o direito dos cidadãos, não foge ao campo de intervenção da biopolítica, pois nela a concepção de homem é de sujeito de direito, que integra uma determinada população que é considerada merecedora da atenção do Estado, ou seja, a PNAS se constitui como uma instituição atuando em favor da governamentalidade.

Além disso, os discursos e as práticas que compõem a assistência social reforçam a associação entre pobreza e criminalidade, os jovens “pobres” são concebidos como necessitados de intervenções especialistas que venham regular e tutelar suas vidas, como pôde ser notado ao traçarmos o percurso da juventude no Brasil, percurso marcado por ações de repressão e violência.

Os programas e projetos no campo da Assistência Social corroboram com essa visão, já que a inserção da juventude em tais programas e projetos, a partir do discurso que eles veiculam, possibilita a imposição de modos de fazer, regulam as condutas, configurando-se, dessa forma, enquanto prática de polícia, que operam criminalizando a pobreza. Esses programas criados, com as legislações que lhes fundamentam e dão sustentação, irão se constituir em tecnologias de poder, não somente de poder sobre o corpo, mas também de poder sobre a vida.

O que se percebe é que todos estes programas apresentam como objetivo principal a participação cidadã com a facilitação do acesso a direitos e o fortalecimento do protagonismo dos sujeitos, bem como, a convivência social, através do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Entretanto, tal discurso traz consigo sérios riscos, pois veicula a ideia de que a juventude “pobre” é a responsável pela sua própria condição de pobreza.

Além disso, tais estratégias servem a governamentalização do Estado, já que tornando-se protagonistas, os jovens passariam a desempenhar um papel importante para o Estado, visto que atuando em prol da melhoria das condições sociais da população, agiriam, dessa forma, como agentes do próprio do Estado, em defesa da sociedade.

Ao enfatizar o investimento na importância dos atores implicados no processo de produção de tal política pública, o que se produz é o discurso do protagonismo e da autonomia daqueles que, por muito tempo, se posicionavam como vulneráveis e necessitados de intervenções, sejam os atualmente denominados usuários dos serviços, sejam os trabalhadores eles mesmos, não menos passivos no exercício de seu mandato social.

Diante disso, o que se nota é que o CRAS materializa a lógica dos lugares dominador/dominado, nele seus operadores, fazendo funcionar a máquina, buscam ocupar lugares de poder, persistindo a ideia de salvadores, pastores identificados com a causa do bem maior, porque oriundos do lugar de dominados.

Nesse sentido, os operadores de tais dispositivos acreditando-se militante de uma “política”, põem em funcionamento técnicas regulamentadoras da população e normalizadoras das condutas, a participação cidadã e a convivência social, por exemplo, difundidas pelos programas da política de assistência social, operando o discurso da proteção social, cujos objetivos principais são o empoderamento dos sujeitos e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários se constitui enquanto tática da arte de governar, e os operadores de tais políticas atuam enquanto polícia das famílias.

Entretanto, é válido marcar que tais impressões não se constituem conclusivas para a análise em tela, pois a intenção dessa pesquisa foi tão somente lançar questões

acerca das práticas e dos discursos que compõem o campo das políticas públicas de Assistência Social, naquilo que se refere aos programas e projetos voltados a juventude, tendo em vista apontar outros caminhos e (des)construir trajetórias. A pesquisadora, portanto, anseia que outras buscas e inquietações sejam fomentadas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*. n. 5 e 6, p. 25-36, mai./dez. 1997. Disponível em <[www.anped.org.br](http://www.anped.org.br)>. Acesso em: 12 mai. 2014.

AGUIAR, W., BOCK, A. M. B.; OZELLA, S. A orientação profissional com adolescentes: Um exemplo de prática na abordagem sócio-histórica. In: BOCK, A. M. B; GONÇALVES, M. da G. M; FURTADO, O. (orgs). *Psicologia sócio-histórica. Uma perspectiva crítica em psicologia*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 224p.

ALTOÉ, S. *Atualidade da psicologia jurídica*. Instituto de Psicologia da UERJ, 2001. Disponível em: < <http://www.scribd.com>>.

BARBIER, R. O conceito de “Implicação” na Pesquisa-Ação em Ciências Humanas. In: \_\_\_\_\_. *A pesquisa-ação na instituição educativa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985. p. 105-121.

BICUDO, M. A. V.; ESPOSITO V. H. C. (Orgs.) *Pesquisa qualitativa em educação: um enfoque fenomenológico*. Piracicaba: Unimep, 1994. 233p.

BLANCO, D. M. O projuvem urbano na trajetória das políticas para juventude - Desafios do programa e perspectivas de análise *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais* v. 2, n. 3, Julho, 2010. Disponível em <[www.rbhcs.com](http://www.rbhcs.com)>.

BRASIL. *Adolescências, juventudes e socioeducativo: concepções e fundamentos*. 1. ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009 a. 56 p. Disponível em <[www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br)>.

\_\_\_\_\_. *Caderno do Orientador Social: Ciclo I: Percorso Socioeducativo I: “Criação do Coletivo”*. 1.ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009 b. 132 p. Disponível em <[www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br)>.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6.629, de 4 de novembro de 2008. Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem, instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, e regido pela Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008; e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 4 de novembro de 2008a. Disponível em <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 13 de julho de 1990. Disponível em <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>. Acesso em: 07 abr. 2010.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 07 de dezembro de 1993. Disponível em <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. *LOAS Anotada*. Lei Orgânica de Assistência Social. 2009 b. 38 p.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. *Norma Operacional Básica NOB/SUAS: Construindo as bases para a implantação do sistema Único da Assistência Social*. Brasília, 2005.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. *Política Nacional de Assistência Social (PNAS)*. Brasília, 2004.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 171, de 26 de maio de 2009. Dispõe sobre o Projovem Adolescente - Serviço Socioeducativo, modalidade do Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 26 de maio de 2009c. Disponível em <www.mds.gov.br>.

\_\_\_\_\_. Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – Acessuas Trabalho. Brasília, 2013. Disponível em <www.mds.gov.br>.

\_\_\_\_\_. *Referências Técnicas para atuação do/a psicólogo/a na CRAS/SUAS*. Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP). Brasília: CFP, 2007. reimp. 2008b. 60p.

\_\_\_\_\_. *Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais*. Texto da Resolução Nº 119, de 11 de novembro de 2009. Publicada no Diário Oficial da União em 25 de novembro d3 2009d.

\_\_\_\_\_. *Traçado Metodológico*. 1. ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009e. 56 p. Disponível em <www.mds.gov.br>.

BRUCK, M. S.; Palavra: Dispositivo/ Word: Device. *Revista Dispositiva*, Minas Gerais, PUCMG, v. 1, n.1, p. 39-44, mai/out. 2012.

CLIFFORD, J. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

COIMBRA, C. operação Rio: O mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública. Rio de Janeiro: Oficina do Autor; Niterói: Intertexto, 2001.

CORAZZA, S. M. Labirintos da pesquisa, diante dos ferrolhos. In: COSTA, M. V. *Caminhos investigativos I: novos olhares na pesquisa em educação*. 3 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

CRITELLI, D. M. *Analítica do sentido: uma aproximação e interpretação do real de orientação fenomenológica*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

EIZIRIK, M. F. Poder, saber e práticas sociais. *Psico*, Porto Alegre, PUCRS, v. 37, n. 1, p. 23-29, jan./abr. 2006.

ESCÓSSIA, L.; Kastrup, V.; O conceito de coletivo como superação da dicotomia indivíduo-sociedade. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 10, n. 2, p. 295-304, mai./ago. 2005.

DELEUZE, G. *¿Que és un dispositivo?* In: Michel Foucault, filósofo. Barcelona: Gedisa, 1990, pp. 155-161. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento.

FORRESTER, V. O horror econômico. Trad. Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU editora, 2003.

\_\_\_\_\_. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes editora, 1999.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal editora, 1979.

\_\_\_\_\_. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

\_\_\_\_\_. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GUATTARI, F.; Da produção de subjetividade. *Caosmose: um novo paradigma estético*. São Paulo: Editora 34, 1992. p. 11- 44.

LAPLANTINE, F. *A descrição etnográfica*. Trad. João Manuel Ribão Coelho e Sergio Coelho. São Paulo: Terceira Margem, 2004.

LE GOFF, J. *História e Memória*. 5ª ed. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2003.

LOURAU, R. *René Lourau na UERJ: Análise Institucional e Práticas de Pesquisa*. Rio de Janeiro: UERJ, 1993

MACHADO, R. Por uma Genealogia do Poder. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. 10. ed. Rio de Janeiro: 1992.

MANNHEIM, K. O problema da juventude na sociedade moderna. In: *Sociologia da Juventude*. Rio de Janeiro: Zahar, vol. I. 1967.

MARCELLO, F. A. O conceito de dispositivo em Foucault: mídia e produção agonística de sujeitos-maternos. *Educação & Realidade*, 2004, p. 199-213.

MENDONÇA FILHO, M. Adeus à política. *Psicologia & Sociedade*, 2012, p. 112-120.

MONTEIRO, A.; COIMBRA, C.; MEDONÇA FILHO, M. Estado democrático de direito e políticas públicas: estatal é necessariamente público? *Psicologia & Sociedade*, 2016, p. 07-12.

PASTORINI, A. *A categoria “questão social” em debate*. São Paulo: Editora Cortez, 2004.

PINHEIRO, F. L. *O dispositivo “alta” nos centros de atenção psicossocial/CAPS: loucura, vida cotidiana e organização social*. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Rio Grande do Norte, 2009.

POLLA, D. *Só há a priori histórico*. Grupo de Estudos Foucaultianos da UEM, 2012.

RAUPP, L.; MILNITSKY-SAPIRO, C. Reflexões sobre a concepção e práticas contemporâneas das políticas públicas para adolescentes: o caso da drogadição. *Saúde e Sociedade*, v. 14, n. 2, p. 60-68, 2005. Disponível em <www.scielo.br>.

RODRIGUES, H. B. C. O homem sem qualidades. História oral, memória e modos de subjetivação. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, UERJ, ano 2, n. 2, 2004.

SANTOS, B. de S. *Um discurso sobre as ciências*. 13ª Ed, 2002.

SPOSITO, M. P.; CORROCHANO, M. C. A face oculta da transferência de renda para jovens no Brasil Tempo Social, *revista de sociologia da USP*, v. 17, n. 2, novembro, p.141-172. 2005. Disponível em <www.scielo.br>. Acesso em: 21 abr. 2010.

VEYNE, P. Foucault revoluciona a história. In: VEYNE, P. *Como se escreve a história*. 3ª Ed., Brasília, Editora: Universidade de Brasília, 1995, p. 151-199.

## **Anexo**

Narrativas de registros mnemônicos produzidas para fins de análise na pesquisa que constituiu essa dissertação:

### **Anexo A**

#### **NARRATIVA 1**

#### **NA PAISAGEM HUMANIZADA - Adolescência (em cumprimento de) Medida**

*Dentre todas as experiências vividas junto aos educandos do Projovem, lembro especialmente do primeiro dia de estágio no CRAS, que ficava localizado num bairro muito pobre da capital sergipana, um lugar bastante diferente do que comumente se vê ao transitar pela cidade, já que se trata de uma “cidade projetada” para afastar a pobreza que polui a paisagem, um bairro com alto índice de violência, mas, sobretudo, carente, carente de tudo, de infraestrutura, de serviços urbanos, de equipamentos públicos de qualidade, com esgoto a céu aberto, ruas sem pavimentação e lixo por toda parte.*

*Ao chegar com minha carta de apresentação, ansiosa por conhecer o lugar e as pessoas que lá trabalhavam, me deparei somente com uma das auxiliares de serviços gerais, Dona Lagoa, uma senhora obesa, de quase sessenta anos, servidora pública há bastante tempo que estava ali apenas para cumprir o período que faltava para alcançar a tão esperada aposentadoria (alias como muitas que me foram apresentadas posteriormente), mal se movia da cadeira na qual estava, nem para abrir a porta, pediu que Caverna, uma adolescente que aparentava cerca de 16 anos, o fizesse já que estavam somente as duas ali.*

*Ao entrar dei logo de cara com Caverna, uma figura marcante, por sua pele morena, queimada de sol e cabelos amarelados e, principalmente, por trazer em seu rosto uma cicatriz bastante expressiva, como uma tatuagem a marcar sua bochecha que parecia ter sido provocada por uma faca bem afiada. Uma figura intrigante que causou em mim uma certa repulsa, um desejo de manter-me afastada, como se houvesse acionado um alarme de proteção, lembrei-me dos bandidos que via passar nos noticiários, parecia que aquela cara me era conhecida. Ambas estavam assistindo TV na cozinha, já que os demais profissionais e adolescentes que integravam o Projovem haviam saído para participar de uma gincana de integração com coletivos de outras comunidades.*

*Alguns minutos após identificar-se, Dona Lagoa com muito esforço, levantou-se da cadeira me chamou em uma das salas referindo querer apresentar-me o local, deixando Caverna sozinha a assistir TV, quando prontamente informou-me, em meio a sussurros, caras e bocas:*

*- Tenha cuidado com suas coisas, não deixe sua bolsa em qualquer lugar.*

*Sem entender o motivo e assustada com sua fala e expressões, perguntei o porquê? E ela respondeu:*

*- Essa menina tá aqui porque aprontou, tava roubando, não viu não o jeito dela, você que tá chegando agora tenha cuidado.*

*Essa situação, lembro, me assustou bastante:*

*- Meu Deus, onde fui parar? O que ainda encontrarei aqui?*

*Percebi que seria difícil, pois jamais havia frequentado a periferia da cidade, tinha medo dos perigos que corria junto àquela comunidade marginalizada, entretanto necessitava manter-me ali, tinha que passar pelo estágio, além disso, precisava do dinheiro.*

*Á época, sabia muito pouco sobre medida sócio-educativa e, aos poucos, fui informada pelos técnicos daquele equipamento que além de Caverna outros adolescentes encontravam-se ali em prestação de serviço a comunidade por cometerem ato infracional e, ao mesmo tempo em que me familiarizava com a temática e me acostumava com a presença deles, recordo que muita coisa me angustiava. Não haveria outra forma de trabalhar com esses adolescentes? O que realmente era medida sócio-educativa, punição? O que tinha de Educativa nisso? Servia para educar ou para constranger? Não era uma medida muito violenta? Agressiva? Invasiva?*

*E além dessa jovem, muitos outros sofreram com o mal da desconfiança, passavam o dia inteiro sentados numa cadeira, na recepção do prédio, sem que nada fosse solicitado que eles fizessem, não eram incluídos no serviço, pareciam estranhos àquele lugar ou mesmo indesejáveis, sofreram com os olhares enviesados nos cumprimentos trocados sem olhar no olho, as bolsas trancadas a sete chaves nos armários das salas as quais eles sequer tinham acesso, com a repulsa e a vontade que eles não estivessem mais ali.*

*Muitas vezes me peguei repetindo esses e outros comportamentos, trancando a bolsa no armário, vigiando o celular enquanto carregava a bateria, cumprimentando como quem chega apressado e fala por educação, e me perguntando por que isso ocorria? Qual era o nosso papel ali? O que poderia fazer para acabar com esse estigma? Ao mesmo tempo sentia-me impotente e amedrontada.*

*No dia seguinte, ou seja, segundo dia naquela unidade, quando encontrei toda a equipe, passei a ouvi relatos sobre o que ocorrera no dia anterior, não se falava em outra coisa por ali: estavam todos os adolescentes em uma gincana juntamente com adolescentes de outras áreas, que ocorreu no clube da Caixa Econômica Federal, porém, a gincana teve que ser interrompida, não teve como continuar, e a equipe do CRAS teve que retornar, pois os adolescentes, que compõem os coletivos do Projovem*

*desse equipamento, foram surpreendidos fazendo uso de drogas, praticando sexo nos banheiros do clube, pichando as paredes e destruindo os utensílios do local.*

*A partir de então, recordo que comecei a ouvir rumores acerca desse grupo, de que eram “difíceis, de que não queriam nada, de que ninguém podia com eles e de que os educadores já não suportavam mais”, estes apresentavam atestados médicos recorrentemente, a ausência ao local de trabalho era uma constante e por vezes era convocada a substituí-los. O que se dizia a todo tempo era que os adolescentes eram indisciplinados, rebeldes, transgressores. Alguns deles, em muitos momentos, chegavam visivelmente drogados, alucinados, e por vezes, jogavam as cadeiras e o material utilizado nos trabalhos coletivos do alto do segundo andar do prédio, e do lado de fora alguém já aguardava para recolher os objetos que possivelmente seriam trocados por drogas, objetos esses que muitas vezes foram vistos pelas assistentes sociais e psicólogas ao realizarem visitas domiciliares no território.*

\*\*\*

*Lembro, ainda, outra situação que marcou minha passagem por lá, quando, certa feita, tive que ficar, juntamente com a outra estagiária de psicologia, Vulcão, com os educandos de todas as turmas do Projovem numa única sala, cerca de 20 adolescentes (entre 15 e 17 anos). Recordo que a priori, propusemos desenvolver a atividade que uma das educadoras havia deixado, mas eles recusaram. Tentando negociar em meio à bagunça que se instalava, sugerimos então, uma atividade de dinâmica de grupo e eles mais uma vez se negaram a participar. Diante do ocorrido, Vulcão saiu irritada da sala:*

*-Essa porra eu não vou ficar mais aqui não, disse ela.*

*E eu ao encontrar-se sozinha e percebendo-me impotente diante da situação, “desaba-fei”, lembro que fiquei bastante irritada, naquele momento o meu sentimento era de indignação.*

*Então, falei para eles tudo que sentia, sem me preocupar no momento se convinha ou não, falei para não explodir, falei para pôr para fora o que sentia:*

*- Não consigo entender como alguém pode se deslocar de sua casa até aqui, sabendo que existem atividades a serem desenvolvidas, e se recusar a cumprir.*

*- O que, então, vocês vêm fazer aqui? Se não gostam porque não ficam em casa ou vão fazer outra coisa por aí?!*

*Não entendia como eles não viam a oportunidade que lhes era dada de crescer enquanto ser humano, de vislumbrar um futuro melhor para suas vidas.*

*Eles me olhavam atônitos, como se estivessem surpresos com o que estava ocorrendo, alguns tentavam apaziguar chamando a atenção dos demais, enquanto outros em meio a gritarias e algazarras contribuíam para aumentar o tumulto que se instalava. A coordenadora foi chamada e percebendo que naquele momento seria difícil controlar a situação resolveu dispensar os adolescentes das atividades da tarde.*

*Essa situação mexeu muito comigo, tremia, chorava, pois pensava na minha realidade, nas dificuldades que tive que enfrentar para chegar onde cheguei, na minha vida que não fora muito fácil, afinal, também tive uma infância pobre, enfrentava problemas em casa assim como eles, porém, rememorava também as oportunidades que surgiram as quais agarrei, já que estava ali porque me foi oportunizado através do Prouni o acesso ao ensino superior. Pensando estes adolescentes a partir de parâmetros que eram meus, desejava que eles tivessem outro comportamento.*

## **Anexo B**

### **NARRATIVA 2**

#### **TROVOADAS DE VERÃO - O jovem evadido**

*Por vezes me peguei refletindo sobre estas coisas: o que posso fazer por um adolescente? O que ele pode fazer por ele? O que ele quer fazer? O que consegue?*

*Ao realizar visita domiciliar para verificar o motivo da baixa frequência de Tempestade, um dos adolescentes que integram o Projovem, cujas atividades acontecem no CRAS localizado em um dos maiores povoados de um município do interior do Estado, encontramos a mãe em casa, capinando o mato que crescia no quintal, entrei sozinha pelos fundos, enquanto Campo Florido, a assistente social, esperava no carro, já que não queria molhar-se nos pingos de chuva que caía.*

*Após identificar-me, informei-lhe o motivo da visita, a mãe, por sua vez, tratou prontamente de retirar a toca que trazia cobrindo os cabelos e penteou-os, cruzei, então, o interior da casa e solicitei que abrisse a porta para que Campo Florido pudesse entrar, tratava-se de uma casa bastante humilde, a qual ela dividia com seus três filhos e com o pai destes, um senhor de 88 anos, do qual cuidava já que se encontrava acamado em decorrência de um AVC (Acidente Vascular Cerebral), embora estivessem legalmente separados, era ele quem mantinha financeiramente a família com a aposentadoria que recebia.*

*Percebemos que Tempestade, motivo da nossa visita ali, não se encontrava em casa e ao arguir a mãe de onde ele estava, esta informou que ele havia saído com alguns amigos para “fazer bico”, era comum realizar atividades como lavrador em trabalhos esporádicos, já havíamos sido informadas de tal prática, pois por diversas vezes ele foi visto guiando uma carroça, diante disso, prontamente, informamos da ilegalidade do trabalho infantil:*

*- A senhora sabe que seu filho está em idade escolar e não pode trabalhar não é?*

*- Mas eu não sei o que fazer com ele, ele não gosta de estudar. Quando eu falo com ele, ele diz: estudar pra que?!*

*Seguimos falando das penalidades e dos prejuízos que tal prática pode suscitar, ao passo em que solicitamos que conversasse com ele para que pudesse retornar ao programa, que muito tinha a lhe oferecer:*

*- Converse com ele para tentar convencê-lo a voltar e para frequentar a escola direitinho.*

*- Viu, eu vou conversar e semana que vem ele vai lá.*

*Informamos, então, que caso não nos procurassem, retornaríamos dias depois.*

## Anexo C

### NARRATIVA 3

#### LIXÃO: PAISAGEM QUE INCOMODA OU RECICLANDO O LIXO

*Chegando ao CRAS para mais um dia de trabalho, percebo com estranhamento a ausência de Campo Florido, coordenadora que no momento também exerce a função de assistente social (compondo equipe com os dois psicólogos existente neste equipamento) já que costumeiramente ela chega muito cedo, decorrido algum tempo ela adentra a sala de atendimento da equipe técnica, informando prontamente que tal atraso se dera em virtude da mesma ter passado na secretaria municipal de desenvolvimento social que se localiza na sede do município para resolver algumas pendências do dia anterior, o CRAS em questão está localizado na zona rural e divide o território deste município com dois outros CRAS localizados na sede, trazia de lá algumas informações, a principal delas é que foi solicitada pela secretária que realizasse uma visita urgente ao lixão daquele povoado, pois chegara até ela uma denúncia de trabalho infantil no local, que deveria ser averiguada para que fossem tomadas as providencias cabíveis.*

*Imediatamente, solicitei mais informações, de quem se trata? Onde moram? Disse que não sabia de quem se tratavam e que a informação que lhes passaram fora somente que trabalhavam no lixão. Prontamente solicitamos ao motorista, Tornado, que nos levasse até lá para que pudéssemos ver o que estava ocorrendo.*

*Ao chegarmos ao local, a paisagem repleta de urubus e o cheiro que o lixo exalava causou incomodo a todos e sem que descêssemos do carro realizamos uma vistoria, o que vimos foi um casal, Oceano e Cachoeira, que recolhia do lixo algum material e depositava na caçamba de uma caminhonete antiga. Tornado, que reside no povoado, nos informou que passava por ali às vezes e nunca viu crianças trabalhando, somente aquele casal, bastante conhecido por seu trabalho no lixão, disse que Oceano, embora agressivo, adorava dar entrevistas e se orgulhava por ter adquirido alguns bens a partir do trabalho no lixão como o carro que víamos, outro carro, uma moto e casa própria.*

*Notamos que passava um homem ao lado do nosso carro que pensamos deveria morar na redondeza e poderia dar alguma informação, decidimos, então, parar e perguntar a ele:*

*- Bom dia, somos do CRAS e soubemos que havia crianças trabalhando aqui, você já viu alguma coisa?*

*- Crianças?! Não! E dirigiu o olhar para o casal como se os interpelasse a responder, eles dirigindo-se a equipe disseram:*

*- Não tem criança nenhuma aqui, às vezes alguns moleques de um povoado próximo vêm catar algum brinquedo, mas não é sempre, e eles só vêm para brincar.*

*Sem sucesso resolvemos retornar ao CRAS, entrar em contato novamente com a secretaria e levantar mais informação para que pudéssemos realizar nova busca, fomos informadas, porém, que o CREAS já havia localizado as crianças e a família e que se tratava do casal, Oceano e Cachoeira, que encontramos durante a visita, e as crianças em questão eram dois de seus filhos, Rio, um garoto de 17 anos e Geada, uma garota de 15 anos, ao passo em que o coordenador do CREAS solicitou que cedêssemos o espaço do CRAS para que a equipe pudesse conversar com a família, tendo em vista facilitar o deslocamento desta, pois não precisariam ir até a sede do município, onde o CREAS está localizado, e possibilitaria que a intervenção fosse realizada pelos dois equipamentos em conjunto com a coordenadora do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).*

*No dia combinado, a equipe estava realizando a mudança do CRAS para outra casa, já que o equipamento não tem sede própria e em decorrência da mudança de gestão municipal, o contrato de aluguel não pôde ser renovado e concluída a reforma da nova sede, fomos pressionados a mudar rapidamente, como a conversa foi marcada para o período da tarde, acreditamos que já haveríamos concluído a mudança, o que não ocorreu.*

*Quando a família e a equipe do CREAS chegaram, tratei de acomodá-los numa das salas da nova casa tendo em vista ter um pouco mais de privacidade (como se isso fosse possível, o entra e sai perdurou por todo o tempo em que estivemos ali e a presença inconveniente de alguns funcionários a espreita para escutar o que se passava*

*foi uma constante), já que na sede antiga havia muitas pessoas embalando e transportando os materiais e equipamentos.*

*A mãe, Dona Cachoeira, foi a primeira a chegar, chegou sozinha e se recusou a entrar até a chegada dos outros membros da família, posteriormente a equipe do CREAS chegou, tratava-se do coordenador, da assistente social e da psicóloga e traziam com eles a coordenadora do PETI, não pude deixar de perceber o estranhamento dos dois coordenadores ao verem que o restante da família, o pai e os três filhos menores que ainda residem com eles, Rio, Geada, e Neve, outra garota de 14 anos, chegavam num carro dirigido pelo senhor Oceano, que até então os técnicos não sabiam que ele possuía.*

*Dirigindo-se a todos, desculpei-me pelos transtornos causados pela mudança e tratei de explicar-lhes os motivos, ao passo em que perguntei ao coordenador do CREAS se seria necessário a minha presença já que havia tanta gente ali, ele disse que seria bom se toda a equipe participasse, chamei, então, na casa antiga, Campo Florido que havia realizado a visita junto comigo, para participar da conversa.*

*Ao chegar ao novo CRAS, estranhei a disposição das pessoas no espaço, os técnicos estavam todos sentados e se localizavam de um lado da sala enquanto a família, a mãe e os três filhos ficavam do outro lado, o pai por sua vez, o senhor Oceano, permaneceu todo o tempo de pé à porta da sala, como se estivesse apressado para sair dali. Ao chegarmos ofereci-lhe uma cadeira que ele recusou:*

*- Senhor pode sentar aqui. Antes mesmo que ele respondesse um coro entoado pelos técnicos que já estavam ali dizia que ele não queria sentar. Insisti:*

*- Vou deixar a cadeira aqui caso o senhor sinta cansaço e decida sentar. E adentrei a sala para participar da conversa.*

*Estavam discutindo acerca da notificação que a secretaria recebeu do ministério do trabalho em virtude de ter sido constatado, em visita por este órgão ao lixão, a presença dos adolescentes e, ao mesmo tempo, propondo ações que poderiam (deveriam?) ser tomadas para solucionar o problema.*

*O senhor Oceano, bastante arredio demonstrava-se inconformado, seu rosto estava pálido, os lábios sem cor alguma, andava de um lado para o outro, parecia que aquela conversa se tratava de um ato de violência, que o agredia e que ele revidava com raiva e aspereza. Parecia desacreditado que o Estado pudesse oferecer algum benefício a sua família, era como se tratasse a todos ali como seus inimigos.*

*- Eu respondo um processo e sabe por quê? O irmão mais velho tentou estuprar essa menina aí (fala apontando para Geada, a garota de 15 anos) eu fui denunciar e, invés dele responder, sobrou pra mim.*

*- Senhor a gente entende, mas estamos aqui pra ajudar, o que o senhor acha de inserirmos seu filho Rio nos cursos do Pronatec, ele pode fazer até três cursos diferentes, vai aprender uma profissão e ainda receberá uma bolsa pra estudar de uns R\$ 300,00, além disso, pode escolher o horário. E as meninas, podemos incluir aqui no serviço de convivência, são somente três vezes por semana no horário que elas não estão na escola. Argumentava a equipe.*

*- Mas esse curso aí é de que, porque se for pra fazer um curso e depois arrumar emprego pra ganhar salário mínimo ele não faz, é melhor tá ajudando a gente que ganha mais, oxe...esse salário dá pra nada... dizia Oceano.*

*Ao mesmo tempo Rio abanava a cabeça em sinal de negação e dizia: - não quero não. Mas parecia não ser ouvido, às pessoas ali só importava convencer o pai.*

*Dona Cachoeira que permaneceu calada durante a maior parte do tempo, olhando para Rio, tentava convencê-lo:*

*- Queira meu filho, a moça disse que você pode escolher o horário, você faz a noite.*

*A família deixava claro que ele não deixaria de trabalhar, precisava do dinheiro, pois pretende casar-se em breve e está concluindo a construção da casa onde irá morar.*

*- Mas ele vai receber pra estudar e tem o bolsa família que vocês recebem... Dizia a coordenadora do PETI.*

- *Pode cortar tudo, não tô ligando não. Repetia Oceano, resistente a submeter-se.*

- *Senhor, não é assim, a gente não tá aqui pra punir ninguém, nós não somos da justiça, a gente tá aqui pra ajudar, pra negociar com o senhor o que é melhor pra sua família.*

- *Podemos fazer assim, incluir as meninas no Serviço de Convivência e ele no Pronatec? Insistia a coordenadora do PETI.*

- *Não, depois do que aconteceu com essa aí (Geada), ela ficou com problema de nervos, toma remédio controlado e elas só saem agora de casa pra escola, dizia o pai.*

- *Que hora é pras meninas virem? Perguntava a mãe, que de repente passou a receber mais atenção, tendo em vista demonstrar maior interesse e diante das tentativas frustrados junto ao pai. - É por que ele (Rio) é quem traz e busca elas na escola.*

- *No horário que elas não estiverem na escola, elas podem vir até no ônibus que transporta os estudantes.*

- *Elas não vem no ônibus não, porque antigamente elas vinham, mas começaram a chamar elas de lixeira, aí elas deixaram de vir, mas ele traz.*

*Geada e Neve permaneceram caladas durante toda a conversa e dirigindo-se a elas, , perguntei:*

- *E vocês meninas o que acham disso?*

*Elas me olhavam com os olhos esbugalhados, pareciam assustadas e atordoadas com tudo que ocorrera ali e não expressaram em nenhum momento suas opiniões, desejos, vontades, nada, simplesmente olhavam atônitas o que era decido sobre suas vidas.*

*Cachoeira, então, decidiu por eles, disse que retornaria no dia seguinte com a documentação necessária para fazer a inclusão das garotas no Serviço e traria Rio na semana seguinte para que este pudesse escolher o curso a fazer.*

*Entretanto, embora Cachoeira houvesse procurado o CRAS para inserção dos adolescentes nos Serviços, conforme foi acordado, Rio não compareceu as aulas do curso e as meninas, Geada e Neve, apareceram uma vez para conhecer o Serviço de Convivência e não mais retornaram, alegando que não gostaram das atividades.*

*Procurados outra vez pela equipe do CREAS, esta foi recebida por Oceano com arma em punho e retiraram-se prontamente do local. Amedrontados, temendo uma reação violenta a equipe não mais voltou a procurá-los.*